



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – DCSA  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**EDMO ALMEIDA DE SOUZA**

**RESPONSABILIDADE SOCIAL NOS BANCOS:**

**Um estudo sobre o gerenciamento do risco socioambiental nas operações de  
crédito do Banco Bradesco S/A agência Bairro Brasil em Vitória da  
Conquista – BA.**

**Vitória da Conquista - Ba  
Novembro/ 2015**

**EDMO ALMEIDA DE SOUZA**

**RESPONSABILIDADE SOCIAL NOS BANCOS:**

**Um estudo sobre o gerenciamento do risco socioambiental nas operações de crédito do Banco Bradesco S/A agência Bairro Brasil em Vitória da Conquista – BA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina de Monografia II, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

Orientadora: Prof. Msc. Edilene de Jesus Santos

**Vitória da Conquista - Ba  
Novembro/ 2015**

**EDMO ALMEIDA DE SOUZA**

**RESPONSABILIDADE SOCIAL NOS BANCOS:**

**Um estudo sobre o gerenciamento do risco socioambiental nas operações de  
crédito do Banco Bradesco S/A agência Bairro Brasil em Vitória da  
Conquista – BA.**

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB, como requisito parcial para aprovação da Disciplina  
.....

Aprovado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

PROFESSORES AVALIADORES

---

## **APRESENTAÇÃO A BANCA**

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus por me abençoar nessa caminhada.

Agradeço aos meus pais, pelo apoio constante, pelos ensinamentos, pelos esforços e pela vida.

Ao meu irmão Fábio, que por tantos anos sempre esteve ao meu lado.

Aos professores, pela instrução e oportunidade de desenvolvimento e construção do conhecimento.

Aos meus amigos, por representarem presenças que jamais esquecerei.

E especialmente a minha namorada Andressa, por todo companheirismo, dedicação, incentivo, apoio e amor. Sem você, eu não chegaria até aqui. Obrigado por tudo!

## RESUMO

Os cuidados corporativos com o meio ambiente se intensificaram a partir do final do século XX. As políticas ecológicas empresariais seguem uma tendência mundial, constituindo um fator essencial para que um país ou empresa tenha competitividade no mercado global. Isso acaba obrigando as instituições a se reinventarem diariamente, surgindo assim a política de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) que passa a ser uma questão estratégica para a sobrevivência dessas companhias no longo prazo. As grandes empresas começam a readaptarem suas atividades, a fim de enfrentar os novos desafios impostos pela globalização com ética e transparência e ao mesmo tempo poder atender às demandas sociais. As Instituições Bancárias, seguindo essa tendência, aderiram fortemente ao movimento pela responsabilidade social e estão não só investindo em ações para os seus *stakeholders*, como também sendo indutoras da sustentabilidade em diversas empresas pelo país, através de suas atividades de financiamento. Nos últimos anos as instituições privadas têm adquirido visibilidade com suas ações no campo da responsabilidade social. O setor bancário aparece como grande investidor social, levando a sociedade brasileira por diferentes processos de reorganização. A vivência democrática, o aumento do senso crítico de cada cidadão tem contribuído para a criação de uma nova visão da importância da cidadania e do papel social de toda a comunidade. Desta forma, torna-se fundamental o entendimento e significado da expressão Responsabilidade Social. Sendo assim, a presente monografia buscou analisar a forma como a agência Bairro Brasil do Banco Bradesco S/A trata de sua política de responsabilidade social em suas operações de crédito e a percepção dos colaboradores a respeito desta política. Para fundamentar o trabalho foi feito um levantamento bibliográfico com base nos autores Melo Neto e Froes (2001), Ashley (2005), Esty e Winstow (2008), Cruvinel (2008), Tosini (2007) entre outros, além de revisão documental no relatório de Sustentabilidade Bradesco 2013 e no site da empresa. Os dados foram coletados mediante a aplicação de questionários aos funcionários da agência Bairro Brasil/BA, além de uma entrevista com um dos gerentes de relacionamento. Após a análise dos dados conclui-se que a agência do Bradesco conhece e divulga adequadamente os conceitos de responsabilidade social e está atenta ao risco socioambiental nas operações de crédito da agência. No entanto, cabe ressaltar a importância de maiores investimentos com treinamento interno sobre a questão, pois colaboraram para melhor sedimentação e institucionalização dos conceitos entre os funcionários.

**Palavras-chave:** Meio Ambiente. Responsabilidade Social. Risco Socioambiental;. Responsabilidade Social em Instituições Financeiras.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Diferenciação dos conceitos de RSE, Filantropia e Ação Social .....	24
Quadro 2: Projetos Contratados em 2014 avaliados do ponto de vista socioambiental .....	39
Quadro 3: Projetos Monitorados em 2014 .....	40
Quadro 4: Projetos Monitorados por região .....	40
Quadro 5: Projetos Monitorados por setor .....	46

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Análise dos Riscos Socioambientais no credito .....	38
---	----

## LISTA DE GRAFICOS

Gráfico 1- Tempo de trabalho na empresa .....	49
Gráfico 2 - Gênero dos respondentes .....	49
Gráfico 3 - Faixa Etária.....	50
Gráfico 4 - Nível de Escolaridade .....	51
Gráfico 5 - Cargo/Função.....	51
Gráfico 6 - Nível de Conhecimento sobre RSE .....	52
Gráfico 7 - Significados de Responsabilidade Social .....	54
Gráfico 8 - Estágio de RSE na Instituição.....	55
Gráfico 9 - Justificativas para RSE .....	56
Gráfico 10 - Motivação e envolvimento dos colaboradores com a RSE.....	57
Gráfico 11 - Opinião sobre a existência de risco ambiental na concessão de crédito .....	58
Gráfico 12 - Opinião sobre a existência de risco ambiental na concessão de crédito .....	59
Gráfico 13 - Conhecimento sobre a política de risco de crédito .....	60

## **LISTA DE SIGLAS**

- RSE - Responsabilidade Social Empresarial
- IF - Instituições Financeiras
- ONU - Organização das Nações Unidas
- ADCE - Associação dos Dirigentes Cristãos De Empresas
- PROER - Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional
- FEBRABAN - Federação Brasileira dos Bancos
- RSA - RESPOSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
- IFC – International Finance Corporation
- UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
- S/A – Sociedade Anônima
- CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
- IPI – Imposto sobre produto industrializado
- PNUMA - Programas das Nações Unidas para o Meio Ambiente
- RS – Responsabilidade Social
- PJ – Pessoa Jurídica

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
1. ECONOMIA E MEIO AMBIENTE: UMA ABORDAGEM TEÓRICA.....	13
1.1 Economia Ambiental Neoclássica X Economia Ecológica.....	13
1.2 Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável .....	17
1.3 Economia Verde e justificativas para implementação de práticas sustentáveis .....	26
2. RESPONSABILIDADE SOCIAL EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS: UMA ABORDAGEM INICIAL.....	29
2.1 Sistema Financeiro e Responsabilidade Social .....	29
2.2 Importância da Responsabilidade Social para as Instituições Financeiras.....	33
2.3 O risco ambiental nas operações de crédito dos Bancos brasileiros .....	36
3. RESPONSABILIDADE SOCIAL NO BANCO BRADESCO S/A: AGÊNCIA BAIRRO BRASIL EM VITÓRIA DA CONQUISTA/BA.....	41
3.1 Caracterização da Instituição .....	42
3.2 Responsabilidade Social na Agência Bradesco do bairro Brasil.....	45
3.2.1 Perfil dos entrevistados .....	48
3.2.2. Responsabilidade Social na Instituição .....	52
3.3 Análise da política de gerenciamento do risco de crédito da agência .....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERENCIAS .....	67
APENDICE A – QUESTIONARIO .....	70
APENDICE B - ENTREVISTA .....	73

## INTRODUÇÃO

Uma breve análise mundial revela a cada instante que o progresso que leva ao crescimento, tem sido um dos fatores que agrava os problemas sociais, além de tornar os recursos escassos, comprovando assim que quanto mais a população cresce, devido ao progresso, mais se torna difícil abastecer a população e não se consegue satisfazer as suas necessidades mais necessárias e importantes. Sendo assim, o progresso e o crescimento populacional trouxeram consigo uma grande preocupação sobre como continuar se desenvolvendo/crescendo com qualidade sendo que os recursos estão cada vez mais escassos.

Diversas transformações e mudanças dirigidos aos interesses diversos dos consumidores tem imposto às organizações a necessidade de se atualizarem frente a este contexto, e, ao assumirem uma postura comprometida com a responsabilidade social, as mesmas tornam-se agentes de uma profunda mudança cultural, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

A gestão empresarial que tenha como referência apenas os interesse dos acionistas revela-se insuficiente; ela deve ser balizada pelas necessidades e contribuições de um conjunto maior de partes interessadas, tais como clientes, fornecedores, colaboradores, sociedade, entre outras. Assim, a excelência na gestão passa pela qualidade nas relações e pela sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Ética, valores, moral e responsabilidade social nos negócios são assuntos muito presentes na atual sociedade capitalista. Por um lado, estão às universidades que discutem conceitos, benefícios, impactos e resultados dessa nova forma de gestão e por outro estão os líderes empresariais que tentam obter lucros e ao mesmo tempo atender as demandas sociais.

A complexidade atual da economia obriga companhias de todo o mundo a se reinventar quase que diariamente, a fim de se adaptar a um mercado cada vez mais exigente, global e em constante mutação. Diante disso, a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) vem sendo apresentada, ao mundo globalizado, como uma questão estratégica para a sobrevivência dessas companhias no longo prazo, impondo-lhes responsabilidades que antes não faziam parte de seu cotidiano. Hoje em dia, é muito difícil encontrar empresas bem estruturadas que ainda não considerem suas responsabilidades sociais.

Não obstante, as Instituições Financeiras (IF) vêm, cada vez mais, adotando uma postura socialmente responsável frente aos negócios, principalmente no que concerne à gestão do risco socioambiental nas operações de crédito.

Essa preocupação decorre do fato de que a legislação ambiental brasileira não possui nenhum dispositivo legal para proteger os bancos de serem responsabilizados por eventual dano causado por seus tomadores de crédito (TOSINI, 2007). Além disso, tais riscos podem expor a empresa a riscos de imagem que podem incorrer em prejuízos e comprometer as suas finanças.

Sem possuir qualquer tipo de atividade extrativista ou manufatureira e sem fornecer produtos e serviços de impacto direto no meio ambiente, as Instituições Financeiras não deveriam ser consideradas de alto impacto socioambiental. No entanto, seu impacto indireto, por meio de suas atividades de financiamento é considerável (LINS; WAJNBERG, 2007).

Desta forma, para que o desenvolvimento das práticas de Responsabilidade Social seja efetivo, a organização precisa estar realmente comprometida com essa questão. Ela precisa estar preparada para promover mudanças de hábitos e na cultura organizacional, conquistando os funcionários e compartilhando com eles essa nova visão do negócio. Além disso, precisa mensurar os impactos e resultados das suas práticas, a fim de verificar os possíveis benefícios para a organização como um todo.

Diante do exposto surge o seguinte problema de pesquisa: De que forma o Banco Bradesco S/A, agência Bairro Brasil, realiza sua política de responsabilidade socioambiental em suas operações de crédito? Ainda, qual o risco de crédito da agência em tais políticas?

A hipótese a ser explanada é que a empresa divulga adequadamente os conceitos de Responsabilidade Social e os aplica em suas operações.

Para responder ao problema de pesquisa o objetivo geral do trabalho será analisar a política de responsabilidade socioambiental nas operações de crédito do Banco Bradesco S/A como também analisar a política de gerenciamento do risco de crédito da agência em estudo.

Sendo os objetivos específicos: 1) Analisar a importância da política de Responsabilidade Social para as operações realizadas nas Instituições Financeiras; 2) Analisar a implementação e atuação da política de responsabilidade social e a percepção dos colaboradores a respeito da política na Instituição; 3) Verificar o grau de risco de

crédito da agência relacionado com a política de risco socioambiental nas operações de crédito, proposta pela Instituição.

A importância do tema é justificada pelo fato de que a responsabilidade social passou a ser um componente fundamental na estratégia empresarial e uma questão de sobrevivência em um mercado cada vez mais competitivo. E, para que essas organizações obtenham êxito, é imprescindível conhecer e analisar a real percepção dos funcionários a respeito do tema, bem como, identificar como tal política poderá afetar os negócios da empresa.

Daí surge à oportunidade para a realização do estudo, pois as organizações estão cada vez mais atentas a essas questões e demonstram uma preocupação maior em relação ao tema, tendo em vista que, essa questão passou a ser condição essencial para a sua diferenciação entre as outras empresas.

A relevância deste trabalho à Instituição Banco Bradesco S/A é conhecida ao verificarmos a afirmação da organização como socialmente responsável em seus negócios. Esta análise permitirá a adequação do modo como as informações a respeito de sua política corporativa de sustentabilidade são difundidas entre seus colaboradores e analisar o real impacto de tais ações para a organização e para a comunidade.

A agência Bairro Brasil, foi escolhida entre as quatro agências que estão presentes na cidade, pelo facilitado acesso do graduando, também funcionário da organização, a um amplo conjunto de informações internas que tratam sobre o tema. Contribuindo para uma melhor visualização do posicionamento da instituição em relação à temática.

Sabe-se que o comprometimento dos colaboradores quanto ao tema é de extrema importância para o sucesso da organização. Deste modo, a partir dos resultados obtidos da pesquisa, será possível um direcionamento de esforços dentro da agência buscando manter os funcionários motivados e comprometidos com a política da Instituição.

Esse estudo visa inspirar novos estudos na área, inclusive no curso de Ciências Econômicas da UESB, a fim de que o resultado obtido nessa pesquisa possa ser utilizado pelas organizações que pretendam implantar políticas estratégicas voltadas para a Responsabilidade Social.

Por fim, o presente estudo é viável porque houve a colaboração da empresa pesquisada, não haverá custos para a realização da pesquisa e o acesso às informações necessárias.

A presente monografia esta dividida em três capítulos, conforme segue. O primeiro capítulo esta dividido em subcapítulos. Nesta seção são resgatados os conceitos de Economia Ambiental, Economia Verde, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável, onde é descrito o movimento no Brasil e no Mundo. Tais temas fornecem aporte teórico para a análise dos dados obtidos na empresa.

O segundo capítulo refere-se à responsabilidade social em Instituições Financeiras, abordando toda relação e relevância do sistema financeiro e o risco ambiental para os Bancos.

O terceiro capítulo além de trazer a metodologia, onde são tratados os delineamentos da pesquisa, seleção de população e amostra, instrumento de coleta de dados e tratamento e análise dos dados. É abordada também a caracterização da empresa estudada, apresentando o seu histórico, missão, visão, valores e a política de responsabilidade socioambiental da empresa objeto do estudo, além de fazer a análise e discussão dos resultados.

Finalizando, seguem as considerações finais do estudo, apontando suas limitações e sugestões para a organização e de trabalhos futuros.

## **1. ECONOMIA E MEIO AMBIENTE: UMA ABORDAGEM TEÓRICA**

A sociedade contemporânea tem exigido uma postura diferente das corporações e do governo com relação ao meio ambiente. A preocupação com a natureza cresce graças a um consenso de que o nosso modelo econômico atual é insustentável e ameaça a existência de gerações futuras. Esse novo pensamento traz implicações importantes para os vários setores da atividade humana. Nesse contexto, cada vez mais, surgem estudos e teorias de como utilizar os recursos naturais de maneira racional garantindo prioritariamente a sua conservação.

### **1.1 Economia Ambiental Neoclássica X Economia Ecológica**

Na Economia, assim como em outros ramos da Ciência, o meio ambiente era tratado como fonte inesgotável de materiais e como um depósito dos dejetos industriais e do lixo produzido pela população, que não tem nenhuma preocupação nas consequências adquiridas com tais atos de imprudência com o meio em que vive.. O pensamento econômico desde o século XVIII até a década de 1960 tinha essa visão estreita do meio ambiente, havendo preocupações somente quando se tratava de escassez dos recursos já que havia um prognóstico de uma população em constante crescimento (JUNIPER, 2013).

Na década de 1970, a crise ambiental que se instalava e os diversos acidentes ambientais ocorridos no período chamaram a atenção da comunidade internacional para a forma inadequada que os recursos ambientais estavam sendo tratados. Logo surge dentro do pensamento econômico, uma necessidade de internalizar as externalidades ambientais na economia (JUNIPER, 2013). No debate acadêmico em economia do meio ambiente, as opiniões se dividem em duas correntes de interpretação, a economia ambiental neoclássica e a economia ecológica.

Segundo May, Lustosa e Vinha (2003), a primeira corrente chamada de economia ambiental neoclássica defende que os recursos naturais não representam um impasse à expansão econômica. Inicialmente os recursos sequer apareciam nas representações analíticas da realidade econômica, ou seja, a economia funcionava sem recursos naturais. Com o tempo, os recursos naturais passaram a ser incluídos nas

representações de função de produção, porém, poderiam ser facilmente substituídos por progresso tecnológico ou científico. Ou seja, a disponibilidade de Recursos Naturais (RN) passa a ser uma restrição relativa ao sistema econômico que facilmente poderia ser substituído pelo capital.

É importante ressaltar também que a economia ambiental é considerada neoclássica por ter se fundamentado nas bases clássicas pautadas por Adam Smith (apud ANDRADE, 2008), que defendia o liberalismo econômico e o pleno funcionamento do mercado para garantir a eficiência da economia, incluindo o que diz respeito a sustentabilidade e ao uso dos recursos naturais.

Esse pensamento ficou conhecido, na literatura, como sustentabilidade fraca. Essa corrente de pensamento enfrentou muitas críticas, pois ela não considerava que certos RN possuem características próprias, que não podem ser produzidos pelo homem, portanto não podem ser substituídos. Sendo assim, o consumo de tais recursos se tornaria irreversível, pondo em risco o desenvolvimento econômico de uma sociedade.

A economia ambiental neoclássica tentou legitimar que o meio ambiente não constituía um obstáculo ao desenvolvimento do sistema capitalista e aos padrões de consumo dele decorrentes. Para os economistas ambientais não existe escassez absoluta e sim relativa, pois acreditam que o crescimento econômico é capaz de solucionar possíveis problemas causados pela degradação ambiental.

A partir dessa premissa, desenvolveram-se dois outros estudos dentro da teoria ambiental neoclássica, quais sejam a teoria da poluição e a teoria dos recursos naturais. A teoria da poluição tem como foco o meio ambiente (considerado como um bem público) com a função de receptor de dejetos, considerando a poluição e os danos que o sistema econômico causa ao meio ambiente como externalidades negativas. Essa teoria visa compreender, também, quais são os danos que a poluição causa ao meio ambiente e quais são os custos e benefícios envolvidos na adoção de mecanismos de controle de poluição (ANDRADE, 2008)

Em um ciclo econômico existem as unidades produtoras, as unidades familiares, os mercados de bens e serviços e também os mercados de fatores de produção, sendo eles o capital, o trabalho, o empreendedorismo, a tecnologia e os recursos naturais para criar bens e serviços que são ofertados nesse mercado. A economia ambiental neoclássica, no âmbito da teoria da poluição, trata o meio ambiente como uma variável capitalista, e tenta mostrar o valor verdadeiro dos recursos naturais dentro de uma análise econômica (JUNIPER, 2013).

Para exemplificar pode-se partir de duas situações que se seguem. Ao tomar uma vacina contra a gripe, o indivíduo vacinado optou pela vacina porque não queria adoecer ou que alguns de seus familiares e amigos contraíssem o vírus. Então, o custo que esse indivíduo teve de ter ido até o posto de saúde para tomar a vacina pode ser denominado de custo privado. Entretanto, ao mesmo tempo o benefício foi repassado para toda a sociedade, pois esse indivíduo pode ter deixado de ser um possível vetor de transmissão da doença, gerando assim o conceito de externalidade na Economia ambiental. Neste caso foi gerada uma externalidade positiva, pois o indivíduo beneficiou a sociedade através de um custo privado (DANIEL THA, 2011).

No processo industrial químico podemos ter uma fábrica alocada ao lado de um rio, as chances de jogar parte ou até mesmo todos seus dejetos no afluente são grandes, pois esses custos são baratos, privados e pequenos. Porém, o malefício deste ato é maior e prejudica toda a sociedade, que sofre com as consequências, principalmente para a população vizinha ao rio. Isso acabaria desencadeando diversos problemas relacionados à saúde e ao meio ambiente. Isso geraria o que chamamos de externalidade negativa. Então, o que a Economia Ambiental Neoclássica tenta fazer é juntar o custo social ao custo privado e auxiliar na tomada de decisões a fim de evitar as externalidades negativas (DANIEL THA, 2011).

Já a economia dos recursos naturais focaliza o meio ambiente como supridor de recursos ao sistema econômico. Neste outro ramo da teoria neoclássica busca-se compreender o padrão ótimo de uso dos recursos naturais. À medida que o meio ambiente vai se tornando escasso, relativamente às necessidades da economia, ele precisará ser “economizado” (ANDRADE, 2008)

A teoria neoclássica ao segmentar o meio ambiente como receptor de resíduos e como provedor de recursos, ao sistema econômico, trata do problema ambiental de maneira genérica. E em nenhuma das duas vertentes de pensamento, dentro de tal teoria, foi possível observar um conjunto de mecanismos capazes de atingir a sustentabilidade ambiental (MAY; LUSTOSA; VINHA, 2003).

Diante de tudo que foi dito, pode-se dizer que essa corrente representa a posição hegemônica no debate atual, sendo que os mais importantes organismos internacionais se baseiam nas premissas da economia ambiental para a elaboração de políticas e avaliação de projetos ambientais.

Nesse sentido, surge a segunda corrente de interpretação em economia do meio ambiente conhecida como Economia Ecológica. Esta teoria vê o sistema econômico

como um subsistema de um todo maior, no qual está inserido e impõe uma restrição absoluta ao seu crescimento. Na literatura essa visão ficou conhecida como sustentabilidade forte (MAY; LUSTOSA; VINHA, 2003).

Na economia ecológica, o progresso científico e tecnológico é visto como fundamentais para aumentar a eficiência na utilização dos recursos naturais, porém, ela recrimina o uso irresponsável destes recursos e acredita que não haverá sustentabilidade no sistema econômico sem estabilização dos níveis de consumo de acordo com a capacidade do planeta.

Ela parte da premissa de que a complexidade dos problemas ambientais não pode ser analisada pela ótica de uma única disciplina. Por isso, ela defende a integração dos conceitos das ciências econômicas e da ecologia oferecendo uma perspectiva de integração entre meio ambiente e economia, objetivando fornecer soluções aos problemas ambientais (VAN DEN BERGH, 2000 apud ANDRADE, 2008).

A questão central para essa corrente de análise é fazer com que a economia funcione considerando a existência dos limites impostos pelo meio natural. Ao contrário disso, o esquema analítico neoclássico desconsiderava a existência de tais limites, supondo que o desenvolvimento científico e tecnológico pudesse substituir de maneira ilimitada os recursos que se tornam escassos por recursos abundantes (MAY; LUSTOSA; VINHA, 2003).

Pode-se afirmar então que, a economia ecológica surge como um novo método para o alcance da gestão com sustentabilidade. O principal obstáculo à adoção de uma gestão ambiental residia no fato de que, antes, meio ambiente e lucro eram adversários. Porém, as tecnologias ambientais provaram que é possível reduzir custos com a racionalização do processo produtivo evitando o desperdício, disseminando no corpo organizacional os novos valores ambientais.

Cada vez mais as empresas compreendem que o custo financeiro de reduzir o passivo ambiental e administrar conflitos sociais pode ser mais alto do que o de respeitar os direitos humanos e o meio ambiente. Porém, para que as empresas consigam atingir plenamente a sustentabilidade empresarial, será preciso um esforço transdisciplinar que integre e amplie a gestão da economia e do meio ambiente.

Levando em consideração tudo isso, cabem as instituições de créditos envolvidos nas operações bancárias de financiamento considerarem os riscos ambientais. Por esse motivo, o Conselho Monetário Nacional editou normas referentes à concessão de financiamentos, cuja fiscalização está a cargo do Banco Central do Brasil.

Não se pode esquecer também que tais instituições financeiras devam observar as leis ambientais e o que a própria Constituição diz a respeito do dever de proteger o meio ambiente.

As instituições financeiras, no momento da concessão de crédito, devem cumprir as normas ambientais vigentes, obrigando que os financiados também as cumpram. Para tanto, devem exigir a documentação necessária a fim de comprovar que a atividade a ser financiada será desenvolvida de maneira compatível com o bem estar ambiental, conforme o artigo 12 da Lei 6.938 de 1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente).

Este dispositivo de Lei condiciona a concessão de financiamentos à apresentação da licença ambiental por parte daquele que vem a solicitar financiamento, bem como seu enquadramento nas normas do CONAMA.

Outro fator importante também para ressaltar é que se não for cumprida todas as exigências referentes à conservação do meio ambiente, a instituição em questão que liberou o crédito será equiparado a um causador de danos, pois ao emprestar recursos sem a observância das normas pertinentes descumpra um dever de tutela do meio ambiente e, desta forma, se equipara àquele que causa diretamente a degradação. Assim, torna-se co-autor com relação aos atos lesivos ao meio ambiente causados pelo financiado e estará obrigado também a arcar com as consequências de dano ambiental ocasionado.

Os bancos comerciais têm papéis relevantes, pois eles são fontes de negócios para as empresas, pois o dinheiro liberado requer avaliação prévia dos riscos. O Banco do Bradesco conta com uma equipe de funcionários que são responsáveis em analisar e gerenciar os riscos de cada operação de crédito, para que o Banco não venha sofrer danos colaterais quando uma operação não dá certo.

Também se faz necessário uma gestão bem estruturada, pois exige conhecimento na área e funcionários treinados para desempenharem tal atividade. No Bradesco, foi observado que existe um gerenciamento de riscos na análise e concessão de crédito, essa área auxilia a empresa no processo decisório identificando os riscos e os possíveis impactos que estes podem causar a instituição.

## **1.2 Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável**

A complexidade atual da economia fez com que as empresas reorganizassem seus conceitos, práticas e princípios para enfrentar com ética e transparência os desafios

de um mercado cada vez mais competitivo e ao mesmo tempo conseguir atender as demandas sociais (INSTITUTO ETHOS, 2006).

A relação entre as empresas e a sociedade baseia-se num contrato social que evolui conforme as mudanças sociais e as conseqüentes expectativas da sociedade. Nesse contrato a sociedade legitima a existência da empresa, reconhecendo suas atividades e obrigações, bem como estabelecendo limites legais para sua atuação. A sociedade tem o direito de mudar suas expectativas dos negócios como instrumento da própria sociedade.

Apesar de ser um termo bastante utilizado, é comum observar erros na conceituação de responsabilidade social, ou seja, se uma empresa apenas segue as normas e leis de seu setor no que tange realmentente na preocupação com o meio ambiente em que ela própria vive. Se por ventura ela só tiver interesses econômicos, neste caso ela estaria apenas exercendo seu papel de pessoa jurídica cumprindo as leis que lhe são impostas.

Assim, o estudo da sociedade moderna e de suas transformações é interesse de diversas áreas do conhecimento. Está cada vez mais difundida a ideia de que a atual situação do mundo requer atenção especial das empresas na dimensão social. A responsabilidade social das organizações ainda é um conceito novo e crescente, surgindo assim novos adeptos nas empresas. Teoricamente muitas empresas se dizem socialmente responsáveis, mas na prática deixam a desejar em suas ações diárias (ALBURQUEQUE, 2009).

De acordo com Carrol (1999, p.282), essa alteração no contrato estava presente no relatório Social Responsibilities of Business Corporation Report, formulado pelo Comitee for Economic Development, entidade formada pelos administradores de empresas e educadores, como segue:

“Os negócios estão sendo chamados para assumir responsabilidades amplas para a sociedade como nunca antes e para servir a ampla variação de valores humanos (qualidade de vida além de quantidade de produtos e serviços). Os negócios existem para servir a sociedade; seu futuro dependerá da qualidade da gestão em responder as mudanças de expectativas do público”.

Nos anos 70, a Responsabilidade Social das empresas passou a fazer parte do debate público dos problemas sociais como a pobreza, desemprego, diversidade, desenvolvimento, crescimento econômico, distribuição de renda, poluição, entre outros.

Em consequência disso, houve nova mudança no contrato social entre os negócios e a sociedade, o que gerou o envolvimento das organizações com os movimentos ambientais, preocupação com a segurança do trabalho e regulamentação governamental.

Neste novo cenário, independentemente do porte e do setor a que pertençam, as empresas devem investir na qualidade do relacionamento dos seus diversos públicos e participar de um esforço conjunto rumo ao desenvolvimento social e ambiental, aliado ao econômico (INSTITUTO ETHOS, 2006).

Diante disso, é importante conhecer os fundamentos teóricos e a produção acadêmica sobre o tema, uma vez que, existem diversas correntes teóricas dedicadas a justificar o fenômeno da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e do Desenvolvimento Sustentável.

O movimento em prol da responsabilidade sócio-ambiental ganhou forte impulso e organização no início da década de 1990, em decorrência dos resultados da Primeira e Segunda Conferências Mundiais da Indústria sobre gerenciamento ambiental, ocorridas em 1984 e 1991.

Responsabilidade socioambiental (RSA) é um conceito empregado por empresas e companhias que expressa o quão responsáveis são as mesmas para com as questões sociais e ambientais que envolvem a produção de sua mercadoria ou a realização de serviços, para com a sociedade e o meio ambiente, buscando reduzir ou evitar possíveis riscos e danos sem redução nos lucros. Já na opinião de Tenório (2006):

A Responsabilidade Socioambiental corresponde a um compromisso das empresas em atender à crescente conscientização da sociedade, principalmente nos mercados mais maduros. Diz respeito à necessidade de revisar os modos de produção e padrões de consumo vigentes de tal forma que o sucesso empresarial não seja alcançado a qualquer preço, mas ponderando-se os impactos sociais e ambientais consequentes da atuação administrativa da empresa (TENÓRIO, 2006, p. 12).

No período de 1900 a 1960 três fatores contribuíram para o surgimento de críticas de caráter ético e social às empresas: a desilusão liberalista provocada pela crise de 1929, seguida da Grande Depressão; a necessidade das empresas melhorarem sua imagem junto à população, devido aos seus altos lucros, e a profissionalização da atividade gerencial, com o desenvolvimento das ciências administrativas. Nesse período os empresários começaram a perceber a necessidade de discutir a questão da responsabilidade social (KREITLON, 2004 apud CRUVINEL, 2008).

Não por acaso, devido ao alto nível de desenvolvimento capitalista e por ser um cenário de conflito entre empresas e sociedade a maior parte dos estudos sobre RSA (Responsabilidade Socioambiental) surgiu nos Estados Unidos.

O conceito teórico de RSA (Responsabilidade Socioambiental) originou-se na década de 1950 e a maior preocupação da época era com a ética pessoal na condução dos negócios, voltada para os dilemas morais que os executivos poderiam enfrentar. As primeiras definições eram ambíguas e vagas (BORGER, 2001).

Howard Bowen foi o precursor da RSA (Responsabilidade Socioambiental) e o seu livro *Responsabilidade sociais do homem de negócios*, de 1953, é tido como obra pioneira no assunto. Bowen (1953 apud CRUVINEL, 2008, p.44) define RSA (Responsabilidade Socioambiental) como “a obrigação do homem de negócios de adotar orientações, tomarem decisões e seguir linhas de ação, que sejam compatíveis com os fins e valores da sociedade”.

Na década de 1960, os estudos e pesquisas se preocuparam com a formalização do conceito e definição de RSE (Responsabilidade Socioambiental), onde a visão predominante era de que a responsabilidade das empresas vai além da maximização dos lucros e que as organizações deviam se preocupar também com os recursos econômicos e humanos da sociedade (BORGER, 2001).

No início da década de 1970, a RSA (Responsabilidade Socioambiental) passou a fazer parte do debate público dos problemas sociais como: pobreza, desemprego, desenvolvimento e crescimento econômico.

Em 1972, a Organização das Nações Unidas (ONU) realiza a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente humano, em Estocolmo. O objetivo da conferência era discutir a relação do meio ambiente e o desenvolvimento. Fizeram parte dessa conferência mais de 400 instituições governamentais e não governamentais e 113 países, entre desenvolvidos e em desenvolvimento. A importância da conferência consistiu na institucionalização do debate ambiental na agenda global, além disso, outra discussão iniciada na época, advinda da Conferência, foi à questão da pobreza, percebida como grande vilã do meio ambiente (CRUVINEL, 2008).

No final desta mesma década, novas teorias organizacionais começaram a surgir e a empresa passou a ser percebida como uma entidade moral e as decisões empresariais passaram a ser entendidas além do nível individual (FARIA; SAUERBRONN, 2008). É possível perceber a mudança de foco na abordagem sobre responsabilidade social, pois o caráter empresarial passava a fazer parte das estratégias organizacionais. Seria o início

de como o conceito seria difundido entre as empresas pelo mundo, substituindo gradativamente a perspectiva individualista da responsabilidade social para algo mais amplo.

A partir dos anos 80, foi um período onde havia preocupações com ajuste fiscal, diminuição do tamanho do Estado, o desenvolvimento de novas tecnologias e a globalização (FARIA; SAUERBRONN, 2008). Esse período se caracterizou pela diversificação das correntes teóricas dedicadas ao questionamento ético e social das empresas e pela crescente institucionalização deste fenômeno, a qual passou a ser abordada sob três formas: a normativa ou ética, a contratual e a estratégica.

Segundo Kreitlon (2004 apud CRUVINEL, 2008, p. 41) a corrente da Ética Empresarial propõe “um tratamento de cunho filosófico, normativo, centrado em valores e julgamentos morais”. Dessa forma as empresas teriam que se sujeitarem as mesmas regras morais que os indivíduos.

A abordagem contratual tem foco na relação entre empresa e sociedade e destaca os interesses dos grupos sociais (FARIA; SAUERBRONN, 2008). Assim a empresa, como instituição social deve estar a serviço da sociedade que a legitima.

A abordagem estratégica trata as questões sociais como variáveis a serem consideradas na gestão estratégica das empresas (CRUVINEL, 2008), ou seja, ela defende a criação de instrumentos de gestão capazes de conciliar oportunidades negociais com as questões sociais, de forma a integrar essas demandas aos objetivos empresariais.

Sendo assim, pode-se inferir que as definições de RSE vão variar de acordo com o contexto na qual estão inseridas. No entanto, observa-se que, independentemente desse contexto, uma empresa que se diz socialmente responsável, deve reconhecer o impacto que suas atividades causam sobre a comunidade ao seu redor.

No Brasil, as primeiras discussões acerca do tema surgiram em meados da década de 1970, tendo como protagonista a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE), cujo objetivo inicial era promover o debate sobre o balanço social (CRUVINEL; 2008).

Segundo Cappelin e Giuliani (2002 apud CRUVINEL, 2008, p. 65) “nos anos 80, as associações empresariais brasileiras passaram a incentivar seus associados, fornecendo recursos econômicos e humanos, a expandir suas atividades filantrópicas para mostrar sua consciência social”.

Na década de 1990, as empresas passam a incorporar as demandas sociais a seus objetivos organizacionais de modo mais sistemático e com uma visão mais abrangente, na qual perde espaço o discurso filantrópico para um novo modo de gestão empresarial (CAPPELIN; GIULIANI, 2002 apud CRUVINEL, 2008).

É importante ressaltar que a disseminação desse fenômeno no Brasil deve-se, em parte, ao contexto histórico do Brasil na década de 1990. Esse foi um período que o Brasil apresentava altos índices de desigualdade social, além da inflação que afetava o desenvolvimento econômico e o ganho dos trabalhadores. Outro marco importante para a disseminação do fenômeno de RSE foi a Constituição Federal de 1988, que colaborou na promoção da descentralização administrativa e cooperação entre os setores privado e público, fazendo surgir o terceiro setor.

A partir de 1994, a parceria entre Estado e sociedade é reorganizada e estendida a fim de reduzir a desigualdade social. O Estado reconhecendo sua incapacidade de atender as demandas sociais, se aproxima do Terceiro Setor buscando parcerias (CAETANO, 2000 apud CRUVINEL, 2008).

Nesse contexto, foram surgindo organizações que objetivavam fazer a junção entre interesses comerciais e socioambientais. O surgimento de entidades como o Instituto Ethos, o Ibase, o Instituto de Cidadania Empresarial, o Núcleo de Ação Social, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, dentre outras, comprovam a evolução do fenômeno de RSE no Brasil.

Muitas empresas brasileiras perceberam que contribuir para o bem estar de seus funcionários, da comunidade em que atuam e promover práticas de governança e transparência com seus diversos públicos com os quais se relaciona, é fundamental para a sua sobrevivência no mercado (ASHLEY, 2005).

A responsabilidade social, sem dúvida, tornou-se um tema de grande interesse e está presente em discussões de empresários e também no meio acadêmico, onde são questionadas, dentre outras coisas, a diversidade de conceitos acerca do assunto e também se as empresas devem ou não assumir as questões sociais integrando-as à estratégia empresarial.

São inúmeros os conceitos de responsabilidade social, muitos autores tratam do tema com concordâncias, e não muito raro algumas discrepâncias. Torna-se, portanto, necessário que o tema seja abordado de forma geral, a fim de se obter os esclarecimentos necessários para a discussão do tema aqui abordado.

Para Ashley (2003 apud PONTES, 2011) a RS pode ser definida como o compromisso que uma organização deve ter com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que afetem positivamente, agindo proativamente e coerentemente no que tange ao seu papel específico na sociedade e sua prestação de contas com ela. A organização assume obrigações de caráter moral, além das estabelecidas em lei, mesmo que não diretamente vinculadas as suas atividades, mas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

O Instituto Ethos, referência internacional no assunto, amplia esse conceito, abordando a questão da gestão caracterizando-a como:

Forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (INSTITUTO ETHOS, p. 4, 2006).

A partir dos conceitos expostos pode-se afirmar que a RSA (Responsabilidade Socioambiental) pode gerar diversas interpretações, se apresentando como uma obrigação advinda da lei, uma responsabilidade ou até mesmo um dever. Na verdade, para se entender Responsabilidade Social, faz-se necessário compreender que as organizações fazem parte de um contexto sociocultural e que suas ações devem atender aos diversos públicos com os quais se relaciona.

Conforme afirma Arantes, Silva, Tanner e Machado (2004, p. 125) “as diversas definições propostas para a Responsabilidade Social refletem abordagens que irão determinar o seu significado e a prática ao longo do tempo”. Nesse sentido, a complexidade e abrangência que a Responsabilidade Social assume na atualidade fazem com que ela seja interpretada e praticada como um compromisso ético da empresa presente em suas ações e relações com múltiplos agentes, tais como: acionistas, funcionários, consumidores, fornecedores, meio ambiente, governo e comunidade.

Percebe-se que a RS transcende a postura legal da empresa, a prática filantrópica ou o apoio à comunidade, ela significa uma mudança de atitude, por uma perspectiva de gestão empresarial com foco na agregação de valor para todos (ARANTES et al , 2004).

Em síntese, podem-se perceber duas dimensões no conceito de responsabilidade social. De um lado, ela pode ser percebida com um instrumento de gestão e de

ampliação da competitividade, ajudando a tornar sua imagem, seu produto e sua marca conhecidos diante da comunidade. Por outro lado, significa uma forma de exercício da cidadania e da ética por parte das empresas.

A ausência de definição conceitual para a temática pode criar desafios para a aplicabilidade da RS nas organizações. Dessa forma, é importante destacar a diferença dos conceitos de RS e outras atividades desenvolvidas pelas organizações como a filantropia e a ação social que são frequentemente utilizadas como demonstração de RSE.

**Quadro 1: Diferenciação dos conceitos de RSE, Filantropia e Ação Social**

Filantropia: tem como base os princípios da caridade e da custódia e amor à humanidade.
Ação Social: é a ação de curto prazo com objetivo de satisfazer as necessidades em prol da sociedade
Responsabilidade Social Empresarial: é o comportamento ético e responsável na qualidade das relações que a organização estabelece com seus <i>stakeholders</i> , associado direta e indiretamente ao negócio da empresa, incorporado à orientação estratégica da empresa, e refletido em desafios éticos para as dimensões econômicas, ambiental e social.

Fonte: Adaptado de Karkotli e Aragão , 2010.

Melo Neto e Froes (2001) consideram ainda que a responsabilidade social esteja relacionada com a promoção da cidadania e com a sustentabilidade das comunidades, enquanto que filantropia se baseia em ações assistencialistas que visam contribuir para a sobrevivência de grupos sociais desfavorecidos.

Dessa forma, as ações de responsabilidade social atingem toda a cadeia de negócios da empresa (*stakeholders*), enquanto que ações de filantropia se restringem ao âmbito dos empresários filantrópicos, concretizando-se através de doações a grupos ou entidades (MELO NETO; FROES, 2001).

A responsabilidade social poderá ser considerada, então, como a atitude ética e responsável que as empresas adotarão na sociedade. No entanto, apoiar o desenvolvimento da comunidade e preservar o meio ambiente não são condições suficientes para atribuir à empresa o título de socialmente responsável. Ela precisa, dentre outras coisas, investir no relacionamento com seus *stakeholders*, que são os diversos públicos com os quais uma empresa se relaciona.

Tais relações compõem os vetores prioritários para planejamento, implementação e acompanhamento das políticas e ações de RS.

Melo Neto e Froes (2001) destaca os vetores da responsabilidade social de uma empresa:

Apoio ao desenvolvimento da comunidade onde atua; Preservação do meio ambiente; Investimento no bem-estar dos funcionários e seus dependentes e num ambiente de trabalho agradável; Comunicações transparentes; Retorno aos acionistas; Sinergia com os parceiros; Satisfação dos clientes e/ou consumidores (NETO e FROES, 2001, p. 78).

Esses vetores irão direcionar o processo de gestão empresarial para o fortalecimento de sua responsabilidade social e conseqüente alcance do desenvolvimento sustentável. Cabe, nesse momento, para melhor compreensão dos conceitos explanados a definição de desenvolvimento sustentável.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável foi introduzido pela Comissão Brundtland, em 1987, e define que desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991), considerando que o processo deverá ser analisado sob a ótica de três dimensões: a social, ambiental e econômica, constituindo os três pilares do desenvolvimento sustentável.

A responsabilidade social é parte integrante do conceito de Desenvolvimento Sustentável e está inserida na dimensão social da empresa. Como afirmam Melo Neto e Froes (2001) dentre as dimensões do desenvolvimento sustentável, a responsabilidade social pode ser considerada como uma das mais delicadas, isso porque ela compreende diversos aspectos tais como: os direitos humanos, dos empregados, dos consumidores, o envolvimento comunitário, a relação com fornecedores, o monitoramento e a avaliação de desempenho e os direitos dos grupos de interesse.

Partindo do conceito de Desenvolvimento Sustentável, pode-se afirmar, então, que o conceito de responsabilidade social não pode ser reduzido a uma dimensão social da empresa. Ele precisa ser interpretado a partir de uma visão integrada das dimensões econômicas, social e ambiental.

Somente a partir dessa análise sistêmica, os objetivos organizacionais passariam a conciliar interesses do indivíduo, da sociedade e da natureza. Passando, então, para uma forma de gestão onde o meio ambiente é o centro, e a empresa esta inserida nele.

Do ponto de vista corporativo, é importante trabalhar a identidade da empresa, construindo a sua marca e associando a ela valores relevantes para a sociedade. Esses valores são representados não somente pelas características e benefícios relacionados ao produto ou serviço, mas também pela responsabilidade social assumida pela instituição.

Conforme Baptista (2002, p. 366), “aquilo que as pessoas fazem carrega uma mensagem sobre sua identidade, sendo o discurso um importante tipo de ação que constrói identidade”. Para Fairclough:

O discurso constitui nossa identidade, o modo como agimos em relação aos outros e os próprios sistemas de crença e conhecimentos que existem na sociedade. Os discursos dos bancos, por exemplo, são construídos para manter a imagem de empresa sólida, rentável e, nos últimos anos, socialmente responsável. Isso, talvez, se deva ao fato de estarmos, na modernidade tardia, submetidos a preocupações mais constantes com o meio ambiente, a educação, a cultura e os esportes. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 188-189)

Desta forma, buscando - ou tendo que - se adaptar a novas convenções, organizações como os bancos tentam se manter em alta, construindo uma imagem social de legitimidade. Isso se dá, em grande parte, através do discurso institucional que vai ao encontro da tendência mundial e dos anseios da sociedade organizada, que cobra mais responsabilidade social no ambiente empresarial. Assim, a empresa cria uma identidade positiva e constrói relações sociais favoráveis.

### **1.3 Economia Verde e justificativas para implementação de práticas sustentáveis**

As transformações ocorridas nos últimos anos têm colocado o mundo empresarial em uma nova realidade. E têm obrigado as grandes empresas buscarem por novos diferenciais a fim de garantirem a sua sobrevivência. Existe uma cobrança do

mercado global, para com o mundo empresarial de um comportamento ético, pautado na transparência de suas ações, com foco no desenvolvimento econômico sustentável.

Nesse sentido surge a Economia Verde que segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA - é “uma economia que resulta em melhoria do bem estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz, significativamente, os riscos ambientais e a escassez ecológica” (SEBRAE, 2014).

Pode se dizer que a ideia de economia verde surgiu recentemente e ganha projeção cada vez mais acentuada por meio da conferência conhecida como Rio+20.

A noção de economia verde é mais recente que o conceito de desenvolvimento sustentável. Pode-se definir economia verde como aquela que “resulta em melhoria do bem-estar humano e equidade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica”. Uma economia verde possui baixas emissões de carbono, eficiência no uso de recursos e inclusão social. Os autores dessa linha de pesquisa argumentam que a evidência empírica mostra dois pontos: não há dilema entre sustentabilidade e crescimento econômico; a transição para uma economia verde pode ser feita tanto por países ricos quanto por países pobres (UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME, p. 16, 2011).

Sendo assim, conclui-se que a principal questão levantada pela Economia Verde é que o conjunto de processos produtivos da sociedade e as transações deles decorrentes contribua cada vez mais para o Desenvolvimento Sustentável, tanto em seus aspectos sociais quanto ambientais. E que para que isso aconteça se faz necessário além das tecnologias, mas também dos meios pelos quais os fatores essenciais ligados à sustentabilidade socioambiental, hoje ignorada nas análises e decisões econômicas, passem a ser considerados.

Ainda de acordo com o PNUMA a Economia Verde reconhece o valor do capital natural, como provedor de recursos necessários ao bem estar da humanidade, porém ela também investe no meio ambiente de forma a permitir um progresso econômico sustentável. Nesse sentido, o SEBRAE (2014) afirma que a Economia Verde traz a sustentabilidade para um patamar de objetividade, pois ela evidencia vantagens econômicas e sociais advindos de suas práticas, busca crescimento econômico gerando emprego e renda e investe em pesquisa e inovação tecnológica ambiental.

Diante do exposto, faz-se necessário que as empresas, sejam elas grandes ou pequenas, mantenham-se engajadas no assunto, pois de acordo com o SEBRAE (2014) as grandes empresas estão, cada vez mais, incluindo cláusulas de compromisso com a

sustentabilidade em seus contratos com fornecedores, forçando, desta forma, uma mudança de comportamento em toda a cadeia produtiva.

Dessa forma, pode-se afirmar que atuar com base em princípios socioambientais geram benefícios e ganhos para as empresas. Melo Neto e Froes (2001) apresentam, uma série de benefícios adquiridos através de atitudes socialmente responsáveis como: maior apoio, motivação, lealdade, confiança e melhor desempenho dos seus funcionários e parceiros; melhor relacionamento com o governo; maior disposição dos fornecedores; maior fidelidade dos clientes atuais e possibilidade de conquista de novos clientes.

Já Esty e Winston (2008) destacam que os ganhos que as empresas buscam com iniciativas “verdes” inclui faturamento maior, custos operacionais menores, e até mesmo juros mais baixos nos empréstimos bancários, pois os bancos vêem um menor risco nas empresas que possuem sistemas de gerenciamento ambiental mais desenvolvido. Além disso, a empresa poderá obter ganhos como: valor intangível, credibilidade e confiança na marca.

A sustentabilidade nos negócios poderá viabilizar também, a criação de novos produtos, fortalecimento interno, o que, conseqüentemente, criará valor para as empresas na forma de vantagens competitivas, representadas por maior retorno, maior valor e produtividade (ASHLEY, 2005).

No entanto, é importante destacar que muitas empresas se engajam nesse movimento, porque consideram a responsabilidade social como uma obrigação advinda da lei, e que se não houver adequação dos seus negócios poderá sofrer sanções. Essa visão, que muitas empresas ainda possuem, precisa ser extinta, pois conforme afirma Ashley (2005), as empresas ainda estão em processo de aprendizagem sobre responsabilidade social e uma imposição advinda da lei, deturpará os reais objetivos desta prática.

Neste sentido, as empresas iriam se preocupar, em primeiro plano, apenas com o dever de cumprir determinada lei, e a transparência e o compromisso com a sociedade ficaria em segundo plano. Dessa forma, é importante que o Estado atue como incentivador e promotor de práticas sociais, entendendo que a criação de regulamentações, apesar de algumas vezes necessárias, poderá limitar a eficácia da responsabilidade social no âmbito empresarial.

Então diante de tantas mudanças, as empresas que somente visavam lucro, sem a menor preocupação com o que ia causar ao meio ambiente ou a população, foram

obrigadas a rever seus conceitos. Para sobreviver em um mercado tão competitivo a empresa precisa ter diferenciais importantes. E ser uma empresa responsável sócio-ambientalmente é um diferencial. A empresa precisa estar preocupada com o meio em que esta situada, e não somente nele, mas na sustentabilidade mundial.

## **2. RESPONSABILIDADE SOCIAL EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS: UMA ABORDAGEM INICIAL**

Este capítulo tem como objeto de discussão a visão das empresas a respeito das questões ambientais e sociais que vem se modificando a cada dia. Isso devido a dois fatores, o primeiro pela evolução do conhecimento científico e da legislação ambiental e o segundo pela maior consciência ambiental da sociedade como um todo. Tais fatores contribuíram para a mudança de papel da empresa na sociedade, passando a atender não só as obrigações legais com o meio ambiente como também a integrar questões ambientais em suas estratégias empresariais.

Nesse sentido, as empresas do Sistema Financeiro Nacional, em especial os bancos, têm chamado a atenção nos últimos anos ao enfatizar a sua nova maneira de atuação pautada na transparência de suas ações com clientes, funcionários e governo. Para compreender como se deu essa mudança de atuação nos Bancos é preciso conhecer um pouco as principais iniciativas do setor com relação à responsabilidade social.

### **2.1 Sistema Financeiro e Responsabilidade Social**

A natureza da atividade de determinada empresa determinará o modo de atuação de suas políticas de responsabilidade social. Apesar de os Bancos não possuírem atividades extrativistas ou manufatureiras, este é um setor que vêm cada dia mais aderindo a práticas sociais incorporando-as às estratégias empresariais.

Esse fenômeno pode ser observado a partir da década de 1970. Nesse período os problemas sociais e ambientais passam a ser considerados pelos investidores, o que conseqüentemente, possibilitou uma transformação nos critérios de análise de investimentos. Na expectativa de atendê-los as Instituições Financeiras passam a analisar os investimentos sob critérios sociais, ambientais e de governança (CRUVINEL, 2008).

Por outro lado, os Bancos passam a se preocupar também com suas operações de crédito, ao passo que, a legislação ambiental tornou-se mais severa em todo mundo, devido às pressões dos movimentos sociais deste período (CRUVINEL, 2008). Assim, a política de Responsabilidade Social passou a ocupar lugares estratégicos nessas organizações.

De acordo com Almeida (2006) a implantação de práticas sociais nos Bancos é justificada pelo fato de que as Instituições Financeiras possuem a capacidade de assumir uma função indutora da sustentabilidade, pois através de suas atividades de financiamento ela estimula de maneira proativa empreendimentos, que, além de eficientes economicamente, são capazes de ampliar a inclusão social e utilizar, de forma sustentável os recursos naturais.

Por outro lado, Cruvinel (2008) afirma que o papel dos Bancos como agentes socialmente responsáveis está muito além da oferta de produtos sustentáveis. Para a autora as políticas de RSE abrangem a relação do banco com os outros *stakeholders*, ou seja, vai além dos acionistas, clientes e investidores, ao tratar da sua relação com a comunidade, com o governo, com os colaboradores, dentre outros.

Os Bancos estão gradualmente incorporando-se à vida das comunidades, buscando a resolução de problemas sociais e exercendo um papel relevante como intermediários das relações financeiras e negociais, funcionando como fomentadores do desenvolvimento sustentável.

Na busca em se adotar práticas sustentáveis, as Instituições Financeiras, realizaram diversas ações ao longo dos anos reforçando o seu compromisso com a sociedade e com o meio ambiente. Torna-se, portanto, necessário abordar os fatos mais relevantes, que continuam a impactar a atividade bancária até os dias atuais.

A divulgação do Relatório de Brutland em 1987 obriga os Bancos a incorporarem em sua gestão novas ações e estratégias que venham agregar valor social. Em 1989, a Comissão Européia atribui aos Bancos a responsabilidade por danos causados pelos seus clientes ao ambiente em decorrência da emissão de resíduos. Indo para a década de 90 outra ação que contribuiu para a atual institucionalização foi a assinatura (por 30 bancos de 23 países) da Declaração Internacional das Instituições Financeiras para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável. Esta dá ênfase à sustentabilidade em três áreas chaves, que são os procedimentos internos, liberação do crédito e análise do risco de investimentos, e apoio ao desenvolvimento de produtos ou serviços que promovam a proteção ao meio ambiente (CRUVINEL, 2008).

Em 2002 surgiu, na cidade de Joahnnesburgo, os Princípios do Equador. Nesta ocasião, várias das maiores corporações bancárias mundiais se reuniram e divulgaram um documento estabelecendo critérios socioambientais para a concessão de financiamentos (CRUVINEL, 2008).

Entre os critérios dos Princípios do Equador estão: os impactos ambientais, que determinado projeto, poderá causar sobre a fauna e a flora; a exigência de compensações em dinheiro para as populações afetadas; a proteção às comunidades indígenas e a proibição de financiamento ao uso de trabalho infantil ou escravo (EQUATOR PRINCIPILES, 2008 apud CRUVINEL, 2008).

No Brasil, a adesão a esses princípios foi significativa. Atualmente é mais de 60 bancos adeptos, colocando o Brasil como o país que possui o maior número de signatários. Isso mostra, claramente, a preocupação e a relevância da questão para o segmento bancário.

Outro acordo, não menos importante, é o II Acordo de Capitais de Basiléia. Ele recomenda que para efeito de cálculo de capital regulamentar, as Instituições Financeiras devem considerar todos os riscos relevantes e, diante dos crescentes problemas sociais e ambientais acabaram se tornando extremamente significativos para os bancos (CRUVINEL, 2008).

Percebe-se que a pressão social feita pelos investidores institucionais e a mudança na legislação ambiental foram fundamentais para que houvesse esse reposicionamento dos bancos. No entanto, pode-se afirmar que fatos como o Plano Real e a estabilização monetária também contribuíram para essa mudança, tendo em vista que, a atividade bancária está diretamente vinculada à economia nacional.

Cruvinel (2008) explica que nesse período os bancos brasileiros tinham como principal fonte de recursos o *floating*, que é a diferença entre o quanto o banco paga para captar e o que ele cobra para emprestar. Com a estabilização da moeda eles se viram obrigados a criarem novas tarifas e expandir suas carteiras de crédito. A falta de preparo tecnológico para a liberação de crédito de forma segura aumentou a inadimplência em muitos desses bancos. O governo então cria o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER) com o objetivo de consolidar o sistema bancário (ordenar fusões e aquisições). Ocorrem as privatizações, e o ingresso de muitos bancos estrangeiros no país mudando o perfil do segmento (que agora passa a ter uma concorrência mais acirrada).

Com essas novas condições o cliente bancário passa a ter mais acesso as Instituições Financeiras tornando-se mais exigente. O segmento começa a sentir a necessidade agregar valores sociais às suas estratégias de negócio como forma de obter um diferencial. Observa-se que as alterações que ocorreram na economia nacional possibilitaram um reposicionamento dos Bancos frente às questões sociais. E atualmente essas organizações além de atuarem com base em princípios de Responsabilidade Social, também podem ser consideradas com indutoras da Sustentabilidade.

Sendo assim, a Responsabilidade Socioambiental de um banco está relacionada a ações internas, que são ações ligadas ao tratamento dado aos seus empregados; ações externas, referentes a benefícios ao público; e também a ações relativas ao meio ambiente, quando a empresa desenvolve projetos destinados a contribuir para a preservação ambiental (IBASE, 2008; CRISÓSTOMO; FREIRE; VASCONCELLOS, 2011).

Na concepção de Pérez e Del Bosque (2012), ele afirma que a perspectiva de RSA dos bancos está além do senso comum, já que a RSA passa a ser uma ação social indicando que o setor tem dado relevo à questão. Pois o banco se torna um agente intermediador entre investidores e aqueles que demandam recursos, conseqüentemente passam a ter uma importante conotação social.

Sendo assim, os bancos envolvidos no financiamento de projetos buscaram formas de avaliar e gerir os riscos sociais e ambientais associados às atividades de investimento para evitar o uso indevido de recursos, como também sua utilização em projetos de investimento nocivos ao meio ambiente.

O ponto inicial dos chamados “Princípios do Equador” foi uma reunião promovida, em outubro de 2002, em Londres, pelo International Finance Corporation (IFC), braço financeiro do Banco Mundial, contando com a presença de quatro bancos internacionais (ABN Amro, Barclays, Citibank e WestLB). Os bancos presentes concordaram com a adoção de um marco de política social e ambiental já conhecido e testado pelo IFC em mercados emergentes. Em 2003, esses paradigmas (dos chamados “Princípios do Equador”) foram lançados e adotados por 10 dos maiores bancos que trabalhavam com financiamento internacional. Os princípios incluíam políticas de segurança social e ambiental do IFC (MARQUES; HACON; VINHA, 2005, p. 98-99).

Pode-se se dizer que o grande objetivo da adoção dos chamados “Princípios do Equador” é garantir a sustentabilidade e o equilíbrio ambiental, como também obter-se positivos impactos sociais dos empreendimentos. Tais princípios fizeram com que surgissem formas diferentes e adicionais de Responsabilidade Socioambiental praticada por instituições financeiras.

No Brasil, essas formas estão alavancadas na Constituição de 1988, no artigo 192 que estipula que “a finalidade de instituições financeiras não está ligada somente à lucratividade, mas também ao desenvolvimento social e sustentável do país como um todo”.

Percebe-se então que o sistema financeiro nacional vem se transformando no intuito de promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, no sentido de alcançar as cooperativas de crédito.

## **2.2 Importância da Responsabilidade Social para as Instituições Financeiras**

Antes de qualquer coisa, é relevante falar que a Responsabilidade Social está relacionada com as ações das empresas frente a uma conjuntura política, financeira, econômica e socioambiental, assim afirma os autores:

Em razão da relevância que a RSA tem alcançado, o processo estratégico de algumas empresas já passa a incorporar aspectos do seu relacionamento com o meio ambiente e diversos grupos, visando à legitimação de ações sociais corporativas, de melhoria da imagem e da reputação (MCWILLIAMS; SIEGEL, 2001, p. 121).

A principal finalidade dos Bancos em institucionalizarem os conceitos de RSA e sustentabilidade é a busca pelo apoio e legitimação do ambiente onde se encontram, visto que ele estabelece as normas e os requisitos para a permanência da empresa no mercado.

Suchman (1995 apud CRUVINEL, 2008 p. 18) define a palavra legitimidade como “uma percepção ou suposição generalizada de que as ações de uma organização são desejáveis, próprias, ou adequadas dentro de um sistema social construído de normas, valores, crenças e definições.” Enfim, a sociedade cria expectativas de que as empresas existentes no seu meio ambiente cumpram as normas estabelecidas por ela. A

legitimidade é a aprovação conquistada pela empresa perante a sociedade tendo como base a conformidade às exigências legais, morais e sociais.

Conforme pesquisa da Corporação Financeira Internacional – IFC (2006 apud CRUVINEL, 2008), as principais razões que levam as instituições financeiras a incorporarem os critérios sustentáveis em seus negócios são a melhora sensível na credibilidade e reputação da empresa, atender à demanda dos investidores, redução de riscos e aumento do retorno, estando o aumento na base de clientes em último lugar. Estes três primeiros motivos estão atrelados a fins econômicos. Outros motivos que são considerados pelas instituições são o aumento de valor para os *stakeholders*, potencial para desenvolver negócios, responsabilidade legal dos bancos para com os clientes entre outros.

O resultado dessa pesquisa nos mostra que as Instituições Financeiras estão realmente compromissadas com a questão da responsabilidade social em seus negócios. Além disso, revoga-se a ideia de que este setor estaria aderindo a tais questões simplesmente por representarem potenciais riscos financeiros.

Percebe-se que este assunto está cada dia mais presente do cotidiano das Instituições Financeiras e ações vêm sendo realizadas no sentido de institucionalizar tais conceitos nos Bancos no Brasil. A Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN é considerada um dos atores-chaves nesse processo. Em 2002 criou comissão específica para tratar dos assuntos de RSA nos Bancos. Esta comissão tinha por objetivo agregar novos bancos a RSA, reposicionando o segmento no mercado. Como representante dos bancos a FEBRABAN atua disseminando as práticas e discursos de RSA no segmento.

Esse processo de institucionalização é extremamente importante para definir a forma como a organização irá interpretar a responsabilidade social. Ashley (2005) afirma que só é possível entender como as organizações vêm concebendo e pondo em prática sua responsabilidade, perante aos seus *stakeholders* e a sociedade em geral, se levarmos em conta que toda organização faz parte de um contexto sociocultural.

Partindo-se desse pressuposto é preciso que esse processo de institucionalização considere princípios éticos e morais além dos valores culturais, pois estes influenciam os modos de ação e práticas administrativas, conseqüentemente, o modo como a responsabilidade é percebida e implementada pela sociedade.

É por esse motivo que a sustentabilidade e a RSE não pode ser atribuída apenas em nível institucional, mas precisa ser internalizada pelo público interno que reconstrói um contexto organizacional mais inclusivo. A educação corporativa e os sistemas de

gestão possibilitam o enraizamento dos conceitos de RS na cultura organizacional (URSINI; BRUNO, 2005).

A construção de negócios sustentáveis requer indivíduos educados, avaliando suas decisões a partir dos impactos para as gerações atuais e futuras. Portanto, novas habilidades conceituais, humanas e técnicas devem ser assimiladas em instrumentos de gestão, valores e princípios organizacionais para programar as mudanças necessárias (ALIGLERI et al, 2009).

Dessa forma, pode-se afirmar que investir na educação ambiental dos colaboradores deve ser política fundamental de uma organização, desde o pessoal da alta administração até a base da pirâmide organização. E para que esse novo modo de gestão seja institucionalizado é necessário que ocorra a aproximação do público interno com essa questão.

As ações bancárias no movimento pela Responsabilidade Social demonstram, claramente, o engajamento do setor com o assunto e vêm cada vez mais sedimentando tais práticas em suas estratégias organizacionais. De acordo com Cruvinel (2008), tais ações podem ser categorizadas em três grupos: Organizacional; Produtos e Negócios, e Ética e Transparência.

O primeiro deles refere-se a ações relacionadas à diversidade (programas para o público interno), aos clientes (acessibilidade) e à comunidade (Inclusão Social). O segundo grupo (Produto/Negócios) refere-se aos aspectos de RSA na gestão do negócio, como a adoção de critérios socioambientais na concessão de crédito, oferta de linhas de crédito específicas com objetivos socioambientais. O terceiro perpassa os dois primeiros, lida com questões específicas da natureza/negócio de cada organização ou campo. Funcionam como uma base para todas as outras ações a serem desenvolvidas pela organização (CRUVINEL, 2008).

Além dessas ações deve-se mencionar a capacidade dos bancos em induzir práticas socialmente responsáveis. Os bancos são os principais canalizadores de recursos para o setor produtivo, assim, ao adotar práticas socialmente responsáveis estão não só mitigando seus riscos financeiros, como também favorecendo o movimento pela Responsabilidade Social entre os seus parceiros financeiros (TOSINI, 2007).

Diante dessas abordagens cabe um melhor aprofundamento da questão do risco nas Instituições Financeiras, principalmente o ambiental, que será para esta pesquisa fundamental para a compreensão do real papel da RSE no segmento bancário.

### **2.3 O risco ambiental nas operações de crédito dos Bancos brasileiros**

O processo de industrialização ocorrido após a Segunda Guerra Mundial provocou vários danos ao meio ambiente. Esse cenário levou a sociedade e vários órgãos oficiais a se mobilizarem a fim de encontrar uma solução para esses problemas. Nesse sentido, foram surgindo legislações específicas e órgãos públicos reguladores que objetivavam fiscalizar e regular as atividades econômicas, buscando formas de se desenvolver de maneira sustentável (TOSINI, 2007).

O sistema financeiro, como já dito anteriormente, é um dos agentes econômicos mais importantes na atual fase do capitalismo, dessa forma ele não poderia ficar à margem dos problemas ambientais. Com a legislação ambiental mais rigorosa, os bancos se vêem cada vez mais sujeitos ao risco ambiental em suas operações. Assim como afirma Tosini:

Os bancos, como parceiros financeiros das empresas, dependem do retorno financeiro destas. Assim, o risco ambiental das empresas afeta indiretamente o desempenho econômico das instituições financeiras, na medida em que esse risco pode vir a comprometer o valor dos ativos financeiros das empresas, sua capacidade de honrar seus empréstimos, bem como sua própria reputação junto à sociedade (TOSINI, 2007, p. 31).

As instituições financeiras, assim como qualquer outra empresa, estão expostas à riscos que podem gerar prejuízos relevantes, além de comprometer a imagem e as finanças de uma organização. A literatura traz diversas classificações para risco. No entanto, qualquer empresa está propensa ao Risco do Negócio, Risco Estratégico e Risco Financeiro.

O risco de negócio está associado à obtenção de vantagem competitiva e a criação de valor da empresa. O risco estratégico advém de mudanças que podem ocorrer no ambiente político e estratégico. O risco financeiro está relacionado às possíveis perdas financeiras a que uma empresa poderá ser submetida (JORION, 1997 apud TOSINI, 2007).

Os danos ambientais podem ter impacto sobre essas três modalidades de risco, seja qual for à atividade da empresa. Dessa forma, o desempenho econômico de uma empresa dependerá do adequado gerenciamento desses riscos, para isso a organização deverá identificar, mensurar e controlar tais riscos.

De acordo com publicação do International Finance Corporation (IFC) os Bancos estão sujeitos a três tipos de riscos, com relação às questões ambientais. O primeiro deles seria o risco direto, no qual os Bancos irão responder diretamente por suas ações como poluidores do meio ambiente, como, por exemplo, uso de água, energia, papéis, etc. O segundo é o risco indireto, essa situação ocorrerá quando o Banco atua como intermediador financeiro, através de operações de crédito por exemplo. E o terceiro é o risco de reputação, quando os Bancos sofrem pressão da sociedade como um todo para se adotar política de financiamento e investimento socialmente corretas.

Seguindo esse pensamento, as Instituições Financeiras passaram a considerar o risco ambiental como uma variável do risco de crédito. De acordo com Duarte Jr. (2002 apud TOSINI, 2007, p. 109) “o risco de crédito está relacionado a possíveis perdas quando um dos contratantes não honra seus compromissos. As perdas aqui estão relacionadas aos recursos que não mais serão recebidos”.

Dentre os motivos que levam a afirmar que as questões ambientais representam riscos sobre os empréstimos e financiamentos estão: a redução do valor das garantias, quando existe algum tipo de passivo ambiental sobre a propriedade dada em garantia no financiamento; A existência de potencial responsabilização do agente financiador, o banco poderá ser responsabilizado por descontaminar imóvel alienado como garantia de empréstimos ou até mesmo pagar indenizações por dano moral e material a terceiros; O risco de não cumprimento da dívida pelo tomador de crédito devido a custos de descontaminação ou outras responsabilidades ambientais (TOSINI, 2007).

Sendo assim, ao incorporar o risco ambiental em sua análise de crédito, o banco está fazendo uma gestão mais eficiente de sua carteira de crédito, protegendo-se contra perdas financeiras e de imagem. Além disso, o banco através de suas ações sustentáveis estará induzindo a implantação de projetos e empresas que contribuem para o desenvolvimento sustentável (LINS ; WAJNBERG, 2007)

O Brasil ocupa lugar de destaque, no que diz respeito à adesão dos bancos aos Princípios do Equador. No entanto, para que a mudança seja efetiva os bancos precisam não só aderir a certos princípios como também colocá-los na prática mensurando os seus resultados. A figura 1 mostra os principais bancos brasileiros e quais deles analisam o risco socioambiental no crédito e quais deles divulgam indicadores.

**Tabela 1: Análise dos Riscos Socioambientais no credito**

	Analisa Riscos Socioambientais?	Divulga Indicadores?
	✓	✓
	✓	✓
	✓	✓
	✗	✗
	✓	✗
	✓	✓
	✗	✗
	✓	✗

Fonte: Adaptado de Lins e Wajnberg, 2007.

Dentre os Bancos privados nacionais que possuem ações voltadas para a sustentabilidade, o Bradesco se destaca como um banco que tem dinâmica própria na institucionalização de tais práticas. Ela investe na divulgação da informação de suas ações e é um dos poucos bancos que informam os projetos e onde estão sendo aplicados os princípios do Equador. Além disso, possui outros empreendimentos voltados para a área social como exemplo a Fundação Bradesco que existe desde 1956 (CRUVINEL, 2008).

Diante dos dados coletados e do histórico da empresa, optou-se por estudar como funciona a gestão de risco de crédito socioambiental no Bradesco, tendo em vista, a sua expansão de mercado e seus objetivos traçados em seu relatório de sustentabilidade e em seu planejamento estratégico.

No Bradesco, para se analisar os riscos ambientais, vários aspectos são levados em consideração: ramo de atividade, área de atuação da empresa, comunidade e meio ambiente. E a Política de Crédito do Bradesco diz que a avaliação de cada projeto inclui requisitos da agenda socioambiental destacando: desenvolvimento sustentável, uso das fontes de energia natural renováveis, proteção a biodiversidade e prevenção e controle da poluição.

Os Princípios do Equador surgiram para serem empregados em projetos com valores acima de 50 milhões de dólares, porém o Bradesco em todas as solicitações de

financiamentos de projetos com valores acima de 10 milhões de dólares os riscos dos projetos são analisados numa escala de A, B e C.

O quadro abaixo mostra em números a quantidade de projetos financiados pelo Bradesco de acordo com a classificação dos riscos que vão de A ao C.

**Quadro 2: Projetos Contratados em 2014 avaliados do ponto de vista socioambiental**

<b>Categoria</b>	<b>Números de Projetos</b>	<b>Valor Financiado pelo Bradesco</b>
A (Risco Alto)	0	-
B (Risco Médio)	0	0
C (Risco Baixo)	2	R\$ 314.500.000,00
Risco Socioambiental	84	R\$ 6.690.413.761,90
Total	86	R\$ 7.004.913.761,90

**Fonte:** Relatório de Sustentabilidade (BRADESCO, 2014, p. 24)

Pode-se observar então que os riscos de 86 projetos que apresentam riscos socioambientais foram mostrados paralelamente das três categorias, sendo apenas 2 projetos considerados riscos baixos e não estarem de certa forma exercendo a mesma complexidade das demais citadas.

No quadro 3 foi mostrado os projetos que já foram aprovados e estão sendo monitorados pelos analistas do Bradesco seguindo os Princípios do Equador e o Risco Socioambiental

**Quadro 3: Projetos Monitorados em 2014**

<b>Categoria</b>	<b>Números de Projetos</b>	<b>Valor Financiado pelo Bradesco</b>
A (Risco Alto)	10	R\$ 2.274.558.164,40
B (Risco Médio)	19	R\$ 1.143.622.219,37
C (Risco Baixo)	8	R\$ 890.075.383,89
Risco Socioambiental	77	R\$ 4.051.511.092,14
Total	114	R\$ 8.359.766.859,80

**Fonte:** Relatório de Sustentabilidade (BRADESCO, 2014, p. 24)

Viu-se aqui que a quantidade de projetos financiados pelo Bradesco cujos riscos se inserem na categoria A com 10 projetos, sendo que o valor financiado pelo Bradesco é bem menor que o valor total de cada projeto, significando assim que nem sempre o valor desejado pela empresa o banco aprova, isso muitas vezes por representarem riscos elevados.

Já no quadro 4 expõe os projetos monitorados por região. Percebe-se que é na região Sul que se apresenta apenas 3 projetos, região que apresentou a menor quantidade de projetos realizados com relação as demais regiões. Foi na região Sudeste que ocorreu a maior incidência de projetos realizados pelo Bradesco, num total de 70 projetos dos 114 financiados.

**Quadro 4: Projetos Monitorados por região**

<b>Região</b>	<b>Números de Projetos</b>	<b>Valor Financiado pelo Bradesco</b>
Norte	10	R\$ 1.942.183.299,72
Nordeste	23	R\$ 1.846.444.765,37
Centro-Oeste	8	R\$ 502.037.333,38
Sudeste	70	R\$ 3.695.314.598,78
Sul	3	R\$ 373.786.862,55
Total	114	R\$ 8.359.766.859,80

**Fonte:** Relatório de Sustentabilidade (BRADESCO, 2014, p. 24)

Como a região Sudeste representou uma totalidade maior de projetos financiados, conseqüentemente pode-se concluir que existe uma maior quantidade de empresas investindo capital financeiro em suas atividades.

### **3. RESPONSABILIDADE SOCIAL NO BANCO BRADESCO S/A: AGÊNCIA BAIRRO BRASIL EM VITÓRIA DA CONQUISTA/BA**

Esta pesquisa teve por objetivo compreender a política de gerenciamento do risco socioambiental das operações de crédito do Banco Bradesco S/A e a percepção dos colaboradores a respeito do tema. Para tanto, será apresentado um estudo de caso na agência Bairro Brasil em Vitória da Conquista – BA.

O estudo de caso de acordo com Gil (2002, p.44) é definido como “estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. Este tipo de estudo é considerado o mais adequado para investigar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno pesquisado e a realidade não são claramente visualizados.

Além do estudo de caso, foi feito um levantamento bibliográfico com base nos autores Melo Neto e Froes (2001), Ashley (2005), Esty e Winstow (2006), Cruvinel (2008) entre outros, além de revisão documental no relatório de Sustentabilidade do Banco Bradesco 2013 e no site da empresa. Sendo assim, este trabalho é considerado de natureza teórico-empírica, pois se utiliza de referencial bibliográfico com o intuito de compreender, de forma empírica, o fenômeno estudado.

Quanto aos fins, o trabalho apresenta caráter exploratório e descritivo. Para Gil (2002, p.41) a pesquisa exploratória “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses”. Trata-se de um tipo de pesquisa que visa aprimorar ideias e descobrir intuições. É considerado um tipo de pesquisa flexível que possibilita a consideração de diversos aspectos relacionados ao objeto de estudo.

Considera-se, portanto, como amostra deste estudo os funcionários da agência Bairro Brasil, que totalizam 25 empregados. Algumas dificuldades limitaram a aplicação dos questionários, o que impossibilitou o levantamento com toda a amostra. Assim, foram aplicados 15 questionários o que correspondeu à 60% da população presente na agência no dia 18/06/2014. Do total de 25 empregados, dois estavam de

férias, dois estavam de licença para tratamento de saúde e/ou licença maternidade, cinco não devolveram o questionário e/ou não quiseram responder, além do pesquisador que está excluído da amostra.

Com o intuito de aprofundar as análises e observações foram aplicados questionários aos colaboradores e uma entrevista com um gerente responsável pela concessão de crédito a Pessoas Jurídicas, segundo necessidade julgada pelo pesquisador durante a pesquisa.

Os questionários buscaram investigar e mensurar o conhecimento do público interno quanto às práticas e estratégias de responsabilidade social adotadas pela instituição, além de verificar o atual estágio de RSE que a empresa se encontra. A entrevista foi utilizada, basicamente, como fonte de informações a respeito do funcionamento da política de gerenciamento de risco de crédito na agência.

Após a coleta de dados, os resultados obtidos, no questionário, foram tabulados com uso do Excel, fazendo o cálculo das porcentagens e criando gráficos para a melhor visualização do resultado obtido.

### **3.1 Caracterização da Instituição**

O Bradesco foi fundado em 1943 e hoje é uma das maiores instituições financeiras da América Latina, com R\$ 908.139 bilhões de ativos consolidados e mais de 74,5 milhões de clientes, dos quais 26,4 milhões são correntistas ativos (todas as titularidades), estando presente em todas as regiões do País, promovendo inclusão financeira e mobilidade social (BRADESCO, 2014).

Reconhecido internacionalmente pela solidez financeira e tradição de bons serviços prestados aos clientes, a Organização tem como premissa de atuação a criação de valor para os diversos públicos com os quais se relaciona, oferecendo produtos e serviços em todos os segmentos de negócios em que atua. Está presente em todo o território nacional e em algumas localidades no exterior, primando pelo bom atendimento, com moderna estrutura e tecnologia de ponta.

A visão da Organização é ser reconhecida como a melhor e mais eficiente instituição financeira do país e pela atuação em prol da inclusão bancária e do desenvolvimento sustentável. Para tornar este objetivo possível, é imprescindível o efetivo acompanhamento e controle de riscos (BRADESCO, 2014).

Em 10 de março de 2014, o Banco Bradesco completou 71 anos de atividade, com atuante presença na vida brasileira, permanente incentivo à democratização de produtos e serviços financeiros e renovada disposição de ampliar os horizontes de negócios, contribuindo para o desenvolvimento do País (BRADESCO, 2014).

A preservação ambiental e a inclusão social são hoje grandes desafios para o desenvolvimento humano e para a perenidade empresarial. Sensível a esse quadro, a organização Bradesco, se preocupa com o desenvolvimento sustentável do planeta, os ecossistemas, o respeito à dignidade humana e a disseminação de uma cultura de responsabilidade socioambiental. Destaca-se, nesse setor, o trabalho desenvolvido pela Fundação Bradesco, um dos maiores programas sócios educacionais privados do mundo, que há 57 anos atende gratuitamente crianças, jovens e adultos com educação de qualidade.

A sustentabilidade é parte integrada do processo de Gestão da Organização, com aderência as premissas, práticas e iniciativas voltadas ao Desenvolvimento Sustentável. O compromisso da empresa foi reforçado no ano de 2013 quando o planejamento estratégico de sustentabilidade passou a integrar o planejamento estratégico da Organização (BRADESCO, 2013).

Fundamentados em valores éticos, como respeito e transparência, o Bradesco conduz sua atuação com foco em: incentivo aos investimentos; democratização do crédito e dos seguros; ampliação da oferta de produtos, serviços e soluções; e promoção da inclusão financeira.

Fazem parte da Identidade corporativa do Banco Bradesco:

#### Valores

- Cliente como razão da existência da Organização.
- Transparência em todos os relacionamentos internos e externos.
- Respeito à concorrência.
- Crença no valor e na capacidade de desenvolvimento das pessoas.
- Respeito à dignidade e diversidade do ser humano.
- Responsabilidade socioambiental, com promoção de ações para o desenvolvimento sustentável.
- Compromisso com a melhoria contínua da qualidade do atendimento, dos produtos e dos serviços.

A missão da Instituição é fornecer soluções, produtos e serviços financeiros e de seguros com agilidade e competência, principalmente por meio da inclusão bancária e da promoção da mobilidade social, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a construção de relacionamentos duradouros para a criação de valor aos acionistas e a toda a sociedade.

Cabe mencionar, também, os princípios profissionais da empresa que são: (BRADESCO, 2014).

- Agir com integridade, respeitando as leis do País e as normas que regem as atividades do nosso setor e da nossa Organização.
- Respeitar a igualdade de direitos das pessoas, preservando a individualidade e a privacidade, não admitindo a prática de quaisquer atos discriminatórios.
- Manter comprometimento com o sigilo das informações que nos são confiadas, respeitando-as de modo a garantir sua integridade e confidencialidade, e, quando a situação requerer, disponibilizá-las de maneira precisa e completa.
- Exercer liderança responsável, promovendo o relacionamento entre os diversos níveis hierárquicos da Organização, em uma atmosfera adequada ao exercício de atribuições e ao desenvolvimento profissional e pessoal, propiciando ambiente saudável, com liberdade de expressão na busca da melhoria dos resultados organizacionais.
- Recusar vantagens que possam representar relacionamento impróprio ou prejuízo financeiro ou de reputação para a Organização.
- Cooperar para que os relacionamentos construtivos com clientes, acionistas e investidores, fornecedores de produtos e serviços e parceiros de negócios, órgãos governamentais e reguladores, imprensa, comunidades, associações e entidades de classe sejam pautados pela conduta ética, transparência e confiança.
- Ter o compromisso de praticar, incentivar e valorizar a preservação ambiental, buscando convergir os objetivos empresariais aos anseios da comunidade em que atuamos.
- Apoiar e fomentar iniciativas para a formação e valorização da cidadania, erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais.

Atualmente na cidade de Vitória da Conquista existem quatro agências do Banco Bradesco, sendo que o objeto de estudo para a realização desta pesquisa monográfica foi à agência Bairro Brasil que está localizada na Avenida Itabuna, nº 2721- Bairro Brasil- Vitória da Conquista. Ela foi inaugurada no ano de 2001. Atualmente a agência é responsável pelo atendimento à população de Vitória da Conquista e cidades circunvizinhas.

A agência Bairro Brasil, foi escolhida entre as agências que estão presentes na cidade, pelo facilitado acesso do graduando, também funcionário da organização, a um amplo conjunto de informações internas que tratam sobre o tema. Contribuindo para uma melhor visualização do posicionamento da instituição em relação à temática.

O quadro de funcionários da agência é composto por 25 empregados, além de prestadores de serviços, estagiários e terceirizados.

### **3.2 Responsabilidade Social na Agência Bradesco do bairro Brasil**

Com relação aos Princípios do Equador, o Bradesco passou a ser dignatário dos mesmos no ano de 2004, desde então, analisa e monitora os projetos financiados de acordo com os critérios socioambientais, como foi visto na tabela 1 já vista anteriormente acima.

Mas também é importante analisar cada atividade desempenhada por estas empresas para que não possam causar impactos consideráveis para a região. Caso ocorra pode ocasionar sérias perdas para a instituição financeira, pois a mesma ficará mal vista diante da sociedade podendo perder parcela do mercado.

No próximo quadro 5 são apresentados os projetos monitorados levando em consideração o setor de atividade de cada empresa.

**Quadro 5: Projetos Monitorados por setor**

<b>Setor</b>	<b>Números de Projetos</b>	<b>Valor Financiado pelo Bradesco</b>
Agroindústria	21	R\$ 990.995.168,38
Comércio e Serviços	46	R\$ 2.609.839.378,65
Energia	27	R\$ 3.688.520.569,77
Indústria	13	R\$ 500.525.585,00
Logística	3	R\$ 396.940.00,00
Saneamento Básico	2	R\$ 62.047.500,00
Mineração	1	R\$ 100.000.000,00
Telecomunicações	1	R\$ 10.898.658,00
Óleo e Gás	0	0
<b>Total</b>	<b>114</b>	<b>R\$ 8.359.766.859,80</b>

**Fonte:** Relatório de Sustentabilidade (BRADESCO, 2014, p. 24)

Observa-se que no setor de telecomunicações houve apenas um projeto financiado e que o valor solicitado foi aprovado em 100%, entendendo-se assim que o projeto atendeu aos requisitos elaborados pela instituição e que podem representar menores riscos em relação às demais áreas, porém não deixa de ter sua atenção quanto ao monitoramento por parte dos responsáveis por essa área no Bradesco.

Outro ponto relevante também é que o setor de Comércio e Serviço representou uma maior quantidade de projetos financiados, setor esse que vem crescendo continuamente ao longo dos anos. Também se nota investimentos em maquinários, matérias primas e tecnologias.

Sendo assim, o Bradesco busca incorporar e aprimorar constantemente os critérios para gerenciar o risco socioambiental oriundo das relações de negócios com os clientes, por meio de financiamentos e investimentos, e com a cadeia de fornecimento. Isso pode ser confirmado com os seguintes dados:

- Capital de Giro, em 2 anos, apenas 5 contratos foram analisados o risco ambiental. O motivo foi à empresa que solicitou, pois a atividade em si da

própria empresa gera risco ambiental. E geralmente capital de giro é só para movimentação financeira da empresa solicitante;

- Financiamento Imobiliário, em 2 anos, 35 de 35 financiamentos foram avaliados o risco ambiental. Foram 100 por cento;
- Crédito Rural, em 2 anos, 23 de 23 foram avaliados risco ambiental. 100 por cento.
- Empréstimo Pessoal: diariamente ocorreu neste período, mas não houve necessidade de análise de risco ambiental;
- Descontos de cheques: diariamente ocorreu neste período, mas não houve necessidade de análise de risco ambiental;
- Recebíveis de maquineta de cartão: diariamente ocorreu neste período, mas não houve necessidade de análise de risco ambiental.

Nota-se então que as empresas que apresentam maior risco, devido seu tipo de atividade sempre passam pela análise de risco ambiental. A depender do empréstimo, também exige. Empresas como fábricas, postos de gasolina e construtora são as mais comuns em financiamento de risco.

Percebe-se então que na concessão de financiamentos para grandes projetos, o Bradesco segue as diretrizes previstas nos Princípios do Equador, bem como a realização de avaliação e monitoramento de projetos que apresentem riscos significativos e não se enquadrem nesse compromisso.

Antes da contratação, esses projetos também passam por uma análise detalhada de risco socioambiental, por meio da avaliação de estudos, licenças, autorizações, informações sobre o projeto e dados como a geolocalização do empreendimento, os quais possibilitam a identificação de aspectos de risco na operação.

São também realizadas visitas nos empreendimentos de maior risco socioambiental, sendo que nas operações categorizadas como de alto risco, segundo a metodologia proposta pelos Princípios do Equador, o Banco conta com auditorias independentes de consultores especializados. Quando são identificadas não

conformidades, a instituição realiza planos de ação junto com os clientes, com medidas e prazos para adequações.

Este tópico também tem por objetivo analisar os dados coletados na pesquisa descrevê-los e analisá-los. Para tanto, foram utilizados gráficos que serão apresentados no decorrer da análise. Buscou-se com isso analisar a percepção e o envolvimento dos funcionários da agência Bairro Brasil com as práticas de Responsabilidade Social promovidas pelo Banco Bradesco S/A.

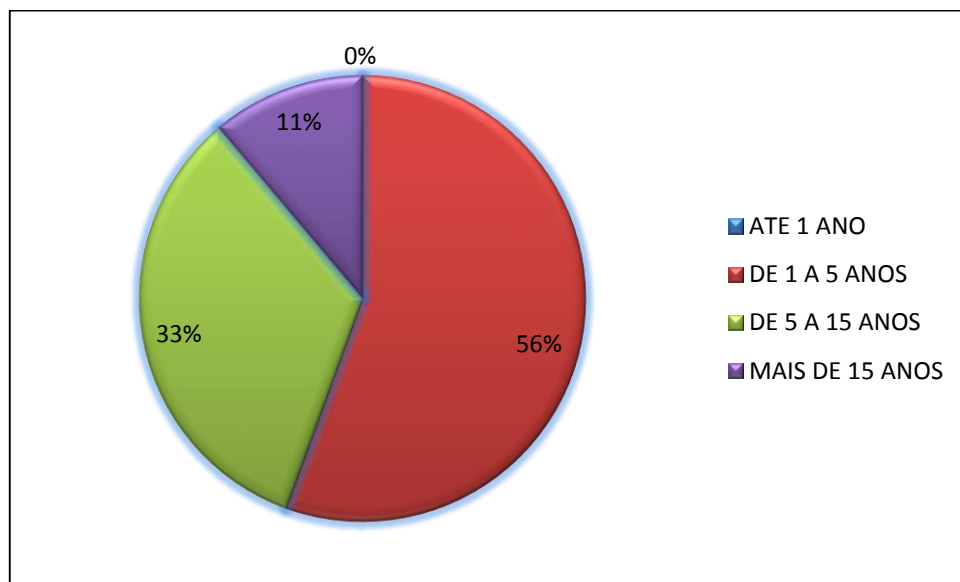
Inicialmente foram abordadas algumas características do público pesquisado, traduzido nos seguintes indicadores: sexo, idade, tempo de trabalho na empresa, nível de escolaridade e cargo/função ocupado pelo respondente na empresa.

Ao analisar a variável tempo de trabalho na empresa observa-se que o maior número de consultados possui de 1 a 5 anos de trabalho (56%), seguidos dos que possuem de 5 a 15 anos (33%). Esse resultado mostra que boa parte dos colaboradores ainda dispõe de tempo para trabalhar na instituição, até a chegada da aposentadoria, portanto, serão eles os responsáveis pela gestão da empresa no futuro.

### *3.2.1 Perfil dos entrevistados*

Bancos são reconhecidos no mundo todo por emprestar dinheiro, mas essa atividade do setor bancário tem ganhado novas regras que mudarão o modo de concessão do crédito: o impacto socioambiental também deverá ser avaliado. O Bradesco já tornou públicas suas Políticas de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), que estão disponíveis nos sites da instituição. A iniciativa cumpre a resolução Nº 4.327/2014, que determinava a data de 28 fevereiro para publicação das políticas dos bancos com ativos superiores a R\$ 100 bilhões.

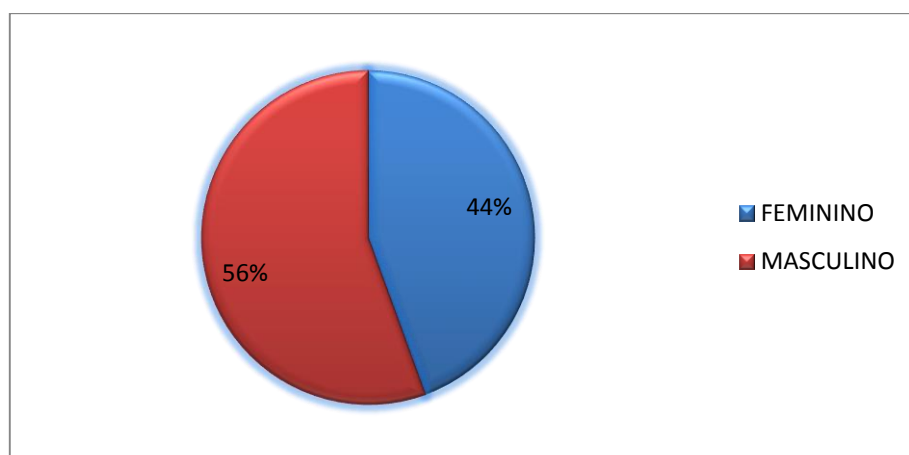
Sendo assim nesta seção será analisado o perfil dos entrevistados, ou seja, as pessoas que trabalham na instituição Bradesco de Vitória da Conquista- BA. O primeiro gráfico demonstra o tempo de trabalho na empresa. Nota-se que 56% dos entrevistados trabalham na empresa entre 1 e 5 anos, considera-se portanto que é uma empresa que não fica a todo momento trocando de funcionários, mas sim valorizando-os e consequentemente melhorando a forma de trabalho dentro da empresa.

**Gráfico 1- Tempo de trabalho na empresa**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014

Como o banco Bradesco S/A se intitula como empresa socialmente responsável ela deverá investir e motivar esse público a adotar práticas socialmente responsáveis em suas atividades diárias. Seguindo o pensamento dos autores Esty e Wintow (2006) que afirmam que os líderes empresariais que enxergarem seu negócio sob a ótica ambiental, encontrarão oportunidades de cortar e/ou reduzir custos, além de melhorar sua relação com clientes empregados e os demais *stakeholders*.

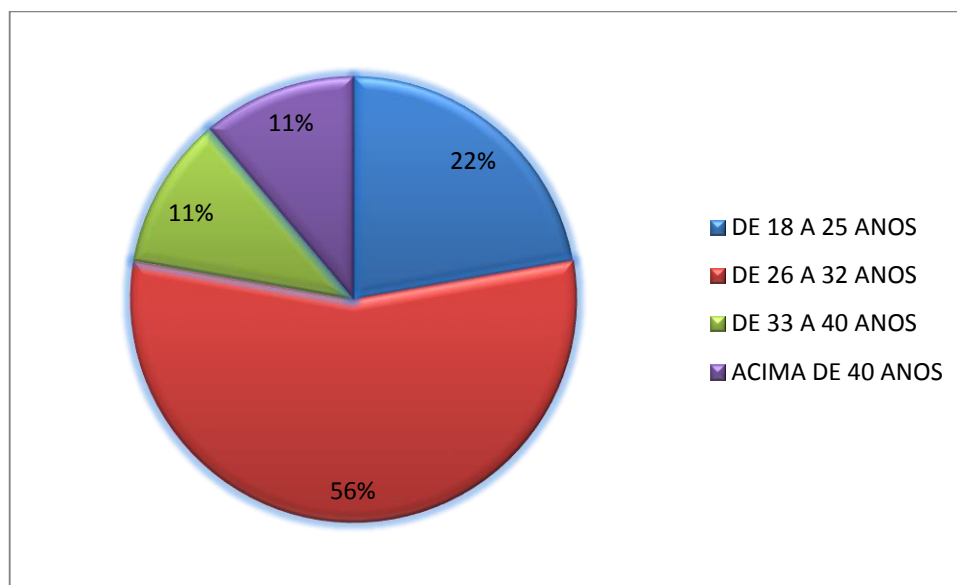
Com relação ao gênero, houve uma pequena predominância do sexo masculino frente ao sexo feminino entre os pesquisados, conforme demonstrado no gráfico 2.

**Gráfico 2 - Gênero dos respondentes**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014

O Banco Bradesco S/A afirma em seu relatório de sustentabilidade 2014 que as mulheres estão ganhando, cada vez mais, posição de destaque dentro da organização, sendo que atualmente 48% do público feminino ocupam cargos de chefia.

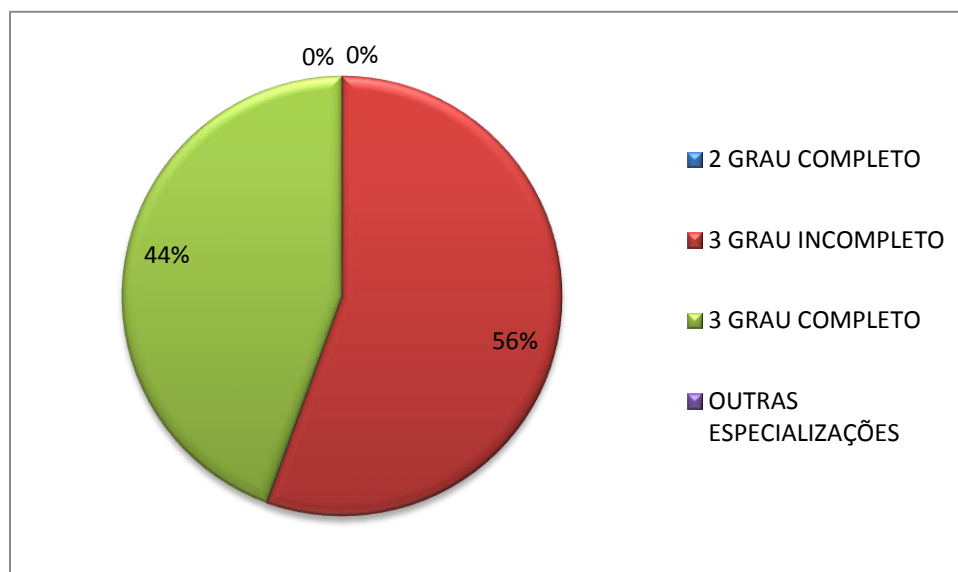
**Gráfico 3 - Faixa Etária**



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014

O resultado obtido na faixa etária dos respondentes ressalta a importância em conscientizar os colaboradores sobre a importância de se adotar práticas socialmente responsáveis, pois se trata de uma população jovem, conforme pode ser observado no gráfico 3, onde a grande maioria possui entre 26 e 32 anos (56%).

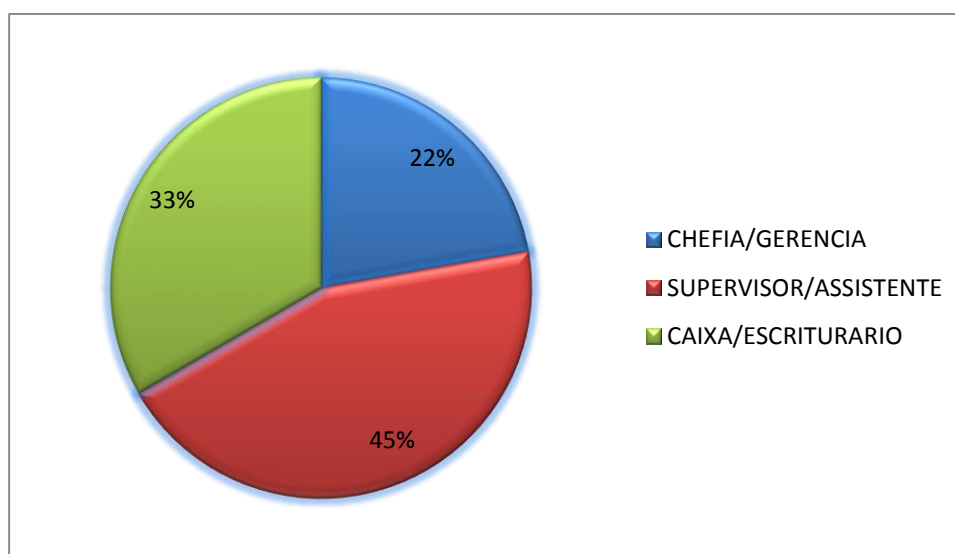
O gráfico 4 apresenta um aspecto relevante no que diz respeito a especialização dos funcionários.

**Gráfico 4 - Nível de Escolaridade**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014

Apesar de não ser um pré-requisito para ingressar na empresa percebe-se que os colaboradores se importam em se especializar e buscar novos conhecimentos. Dos respondentes, 56% afirmam ter o 3º grau incompleto e 44% já concluíram o curso de nível superior. A empresa que mantiver políticas de responsabilidade social voltadas para os colaboradores terá mais chances de reter talentos e diminuir a rotatividade de pessoal que prejudica a continuidade dos negócios.

O gráfico 5 mostra o cargo e/ou função ocupados pelos respondentes sendo que 22% deles ocupam a função de gerente, 45% são supervisores e/ou assistentes e 33% são caixas e/ou escriturários.

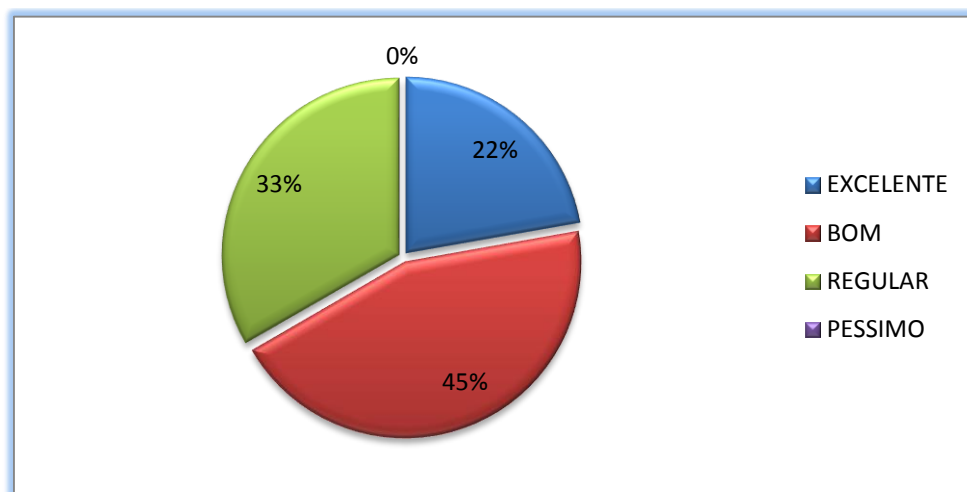
**Gráfico 5 - Cargo/Função**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014

O cargo que uma pessoa ocupa dentro de uma organização é fundamental para a correta aplicação e integração dos conceitos de responsabilidade social. A alta gerência, por exemplo, é responsável pela difusão dos valores morais e culturais da empresa, dessa forma, este público deve não só demonstrar que conhece determinado código de ética como também demonstrar aos subordinados que opera com base nele, em suas práticas cotidianas e que não se trata apenas de discurso. Assim todos os funcionários passarão a perceber o código ou a política que se deseja implantar como algo legítimo que realmente considera o direcionamento da empresa no mercado.

De acordo com os dados coletados neste estudo, 45% dos respondentes afirmam ter um bom conhecimento sobre o tema responsabilidade social (Gráfico 6).

**Gráfico 6 - Nível de Conhecimento sobre RSE**



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014

### 3.2.2. Responsabilidade Social na Instituição

O Bradesco atua em diferentes frentes, possibilitando a realização de projetos e eventos em benefício da sociedade e valorização da cidadania. Entre eles, destaca-se o trabalho realizado pela Fundação Bradesco, entidade voltada para a educação de crianças, jovens e adultos, que atende gratuitamente a mais de 110 mil alunos em 40 escolas instaladas, prioritariamente, em regiões de acentuadas carências socioeconômicas, em todos os Estados Brasileiros e no Distrito Federal (BRADESCO, 201).

Agora será feito uma análise de como o tema Responsabilidade Social é vista dentro da empresa.

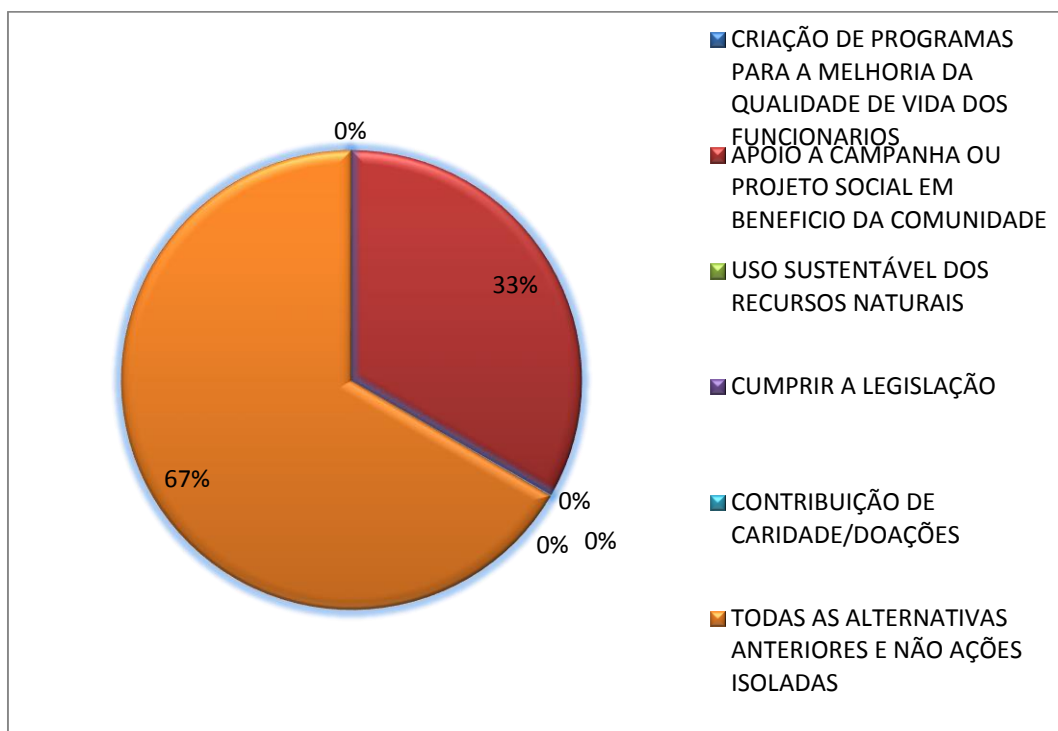
Fica evidenciada então, a notoriedade que este tema possui dentro da instituição. Os colaboradores possuem um papel muito importante na organização, razão pela qual se faz necessário que este público mantenha-se informado e motivado com o direcionamento estratégico da sua política de RS. Fazer com que os colaboradores tenham um bom conhecimento sobre as práticas de RSE irá determinar o modo pelo qual a empresa irá gerir a sua política de Responsabilidade Social.

Com mais de meio século de existência, a Organização Bradesco contribui de várias maneiras para o desenvolvimento e o aprimoramento da sociedade brasileira. Além de uma instituição financeira, ela também se preocupa em desenvolver cidadãos. Prática essa desenvolvida por meio da Fundação Bradesco que é o seu marco em Responsabilidade Social. Por meio dessa entidade todos os anos são dados contribuições significativas para a sociedade, com prioridade para o desenvolvimento de práticas de inclusão social da parcela mais carente. O auxílio do Bradesco à comunidade carente não se restringe às atividades da Fundação. Ele, também, pratica a Responsabilidade Social por meio de outras empresas que compõem o grupo.

Isso foi confirmado com o segundo questionamento, onde 100% dos consultados consideram o Bradesco uma empresa socialmente responsável.

Tendo em vista o quantitativo de funcionários, que atualmente o Bradesco possui institucionalizar e disseminar os conceitos de RSE para este público não é algo tão simples de ser feito. Apesar, de a RSE fazer parte de sua governança corporativa e estar presente em sua missão e valores, é preciso que esse processo seja contínuo, esteja alinhado com os demais objetivos e metas da organização e que os colaboradores aceitem, compartilhem e pratiquem a política de RS da instituição, pois os colaboradores são os responsáveis pelo sucesso ou o fracasso de uma iniciativa ou da empresa como um todo.

No questionário houve a possibilidade dos respondentes conceituarem a Responsabilidade Social. Foram dadas 6 alternativas, conforme demonstrado no Gráfico 7, as quais eles deveriam assinalar aquela que mais se aproxima do seu significado.

**Gráfico 7 - Significados de Responsabilidade Social**

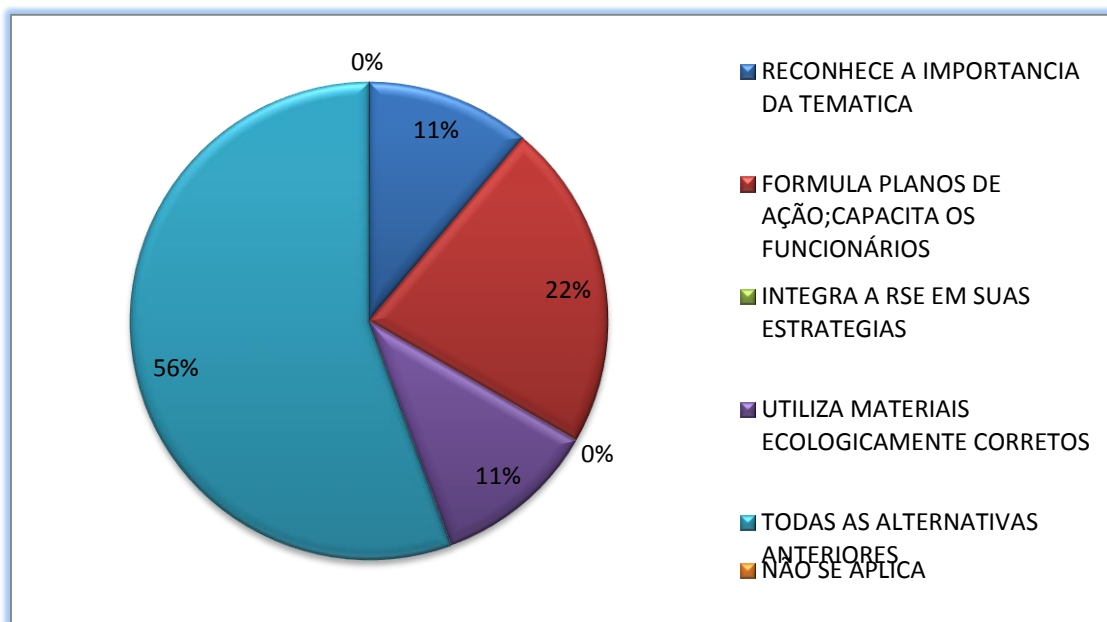
Fonte: Pesquisa de Campo, 2014

Como pode ser observada, a grande maioria (67%) considera que a RS não são ações isoladas e assinalaram que todas as alternativas anteriores representam a RS. Apenas 33% consideram que responsabilidade social trata-se de apoio a campanha ou projeto social em benefício da comunidade.

Desse resultado pode-se inferir que a empresa comunica com clareza suas ações de responsabilidade social, de modo a permitir que os funcionários identifiquem que esse conceito extrapola o paradigma de que RS não se trata somente ações externas, de contribuições de caridade ou de preservação de recursos naturais. Sendo assim, a missão e os valores de uma empresa socialmente responsável vão além do sentido de simplesmente “lucrar” ou “ser a melhor”, ela procurará especificar que a empresa busca criar valor a todos os públicos com os quais se relaciona, inclusive e principalmente para com o público interno.

O gráfico 8 mostra a visão dos colaboradores a respeito do estágio de evolução da política de RSE da Instituição. Esse resultado mais uma vez demonstra que a empresa vem comunicando suas ações de RS de maneira clara e objetiva, 56% dos respondentes consideram que a empresa reconhece a importância da temática, formula planos de ação, capacita os funcionários, integra a RSE em suas estratégias empresariais e utiliza materiais ecologicamente corretos.

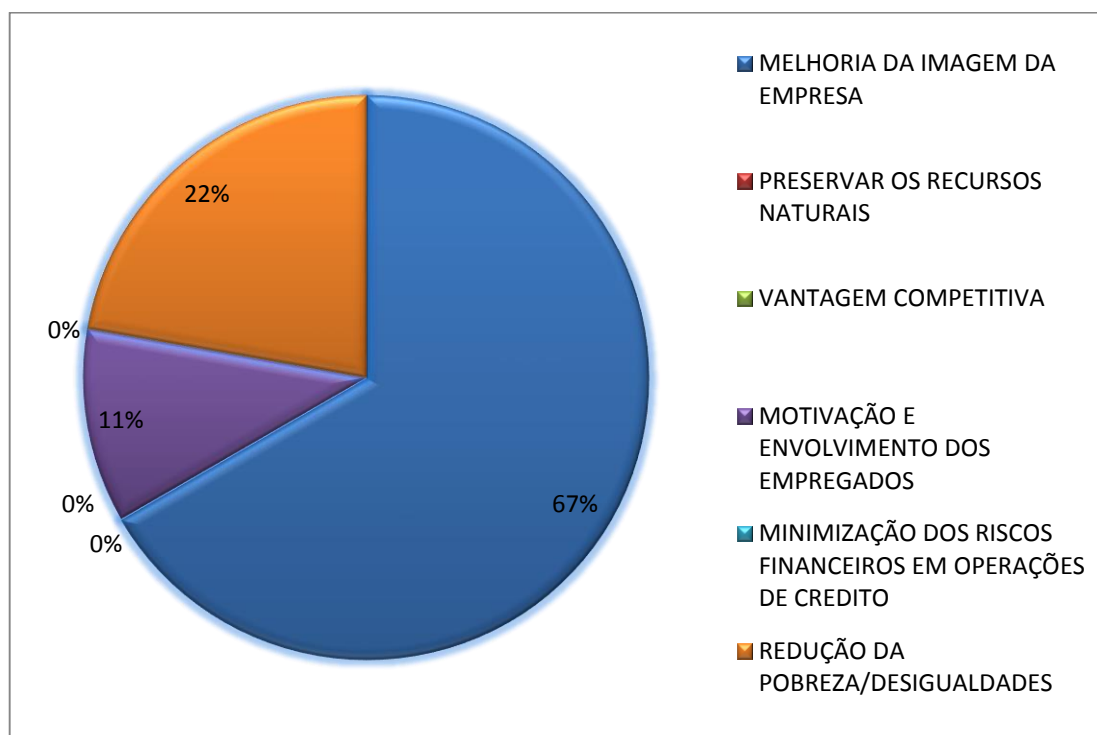
Gráfico 8 - Estágio de RSE na Instituição



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014

Essa questão é importante para visualizar o real posicionamento da empresa quanto a temática abordada, pois muitas empresas ficam apenas no discurso e não conseguem ser visualizadas com empresas socialmente responsáveis nem mesmo por seus colaboradores. O envolvimento do quadro de funcionários num programa de RSE demonstra compromisso social da instituição, além de intensificar a identificação do individuo com a empresa, não a vendo só como empregadora, mas também como agente social ativo que contribui com a sociedade em que está inserida (DIAS, 2007).

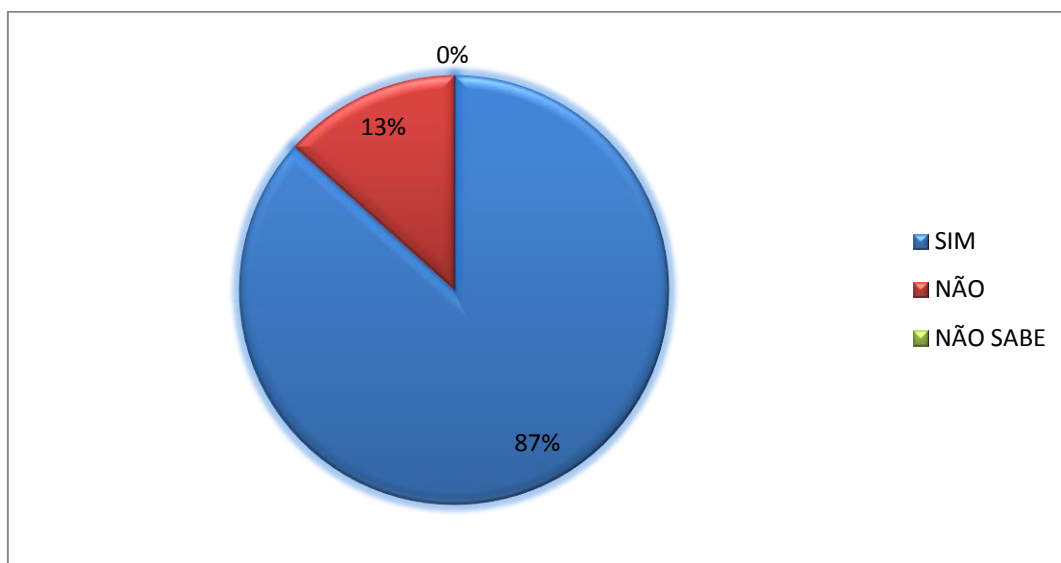
O gráfico 9 mostra a opinião dos colaboradores a respeito das principais justificativas para se adotar uma política corporativa de sustentabilidade em Instituições Financeiras. A grande maioria, 67% dos respondentes considera que o principal motivo, que leva uma Instituição Financeira a ser socialmente responsável, é a busca por melhoria na imagem corporativa. Diante de toda a revisão teórica abordada no capítulo 2 da presente pesquisa pode-se concluir que ganhos de imagem são um dos vários benefícios que uma empresa pode obter se considerar suas responsabilidades sociais.

**Gráfico 9 - Justificativas para RSE**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014

No entanto, no Relatório de Sustentabilidade Bradesco 2013 observa-se que a política de Responsabilidade Social da Instituição se tornou bem mais abrangente e perpassa pelos setores sociais, ambientais e econômicos.

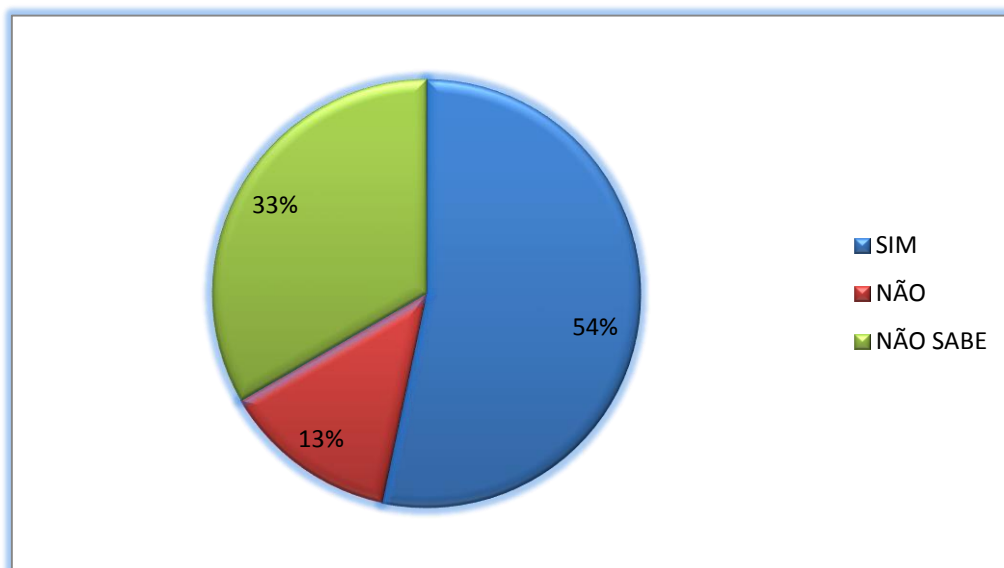
O gráfico 10 mostra a motivação e o envolvimento dos colaboradores com a política de RSE da Instituição.

**Gráfico 10 - Motivação e envolvimento dos colaboradores com a RSE**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014

A maioria dos respondentes (87%) se sente motivados a aderir práticas sustentáveis em suas atividades diárias. No entanto, 13% consideram que não são motivados ou incentivados pela organização. Apesar, de não ser um número de funcionários tão expressivo que não se sentem motivados é preciso atenção da empresa para sempre comunicar suas ações de RSE de modo a permitir o envolvimento do quadro de funcionários. Assim como afirma Ashley (2005) as organizações devem ser explícitas com referência as suas expectativas e ao que seja seu padrão moral, afim de que seus funcionários incorporem e pratiquem ações éticas e socialmente responsáveis, no ambiente de trabalho ou fora dele.

Foi questionado aos colaboradores se eles acham que existem riscos ambientais na concessão de créditos a terceiros (gráfico 11), pois o Bradesco afirma que adota ações preventivas em todos os casos, para minimizar eventuais riscos econômicos, cambiais, de imagem, desempenho e sócio-ambientais que possam prejudicar a continuidade da empresa e sua capacidade de pagamento.

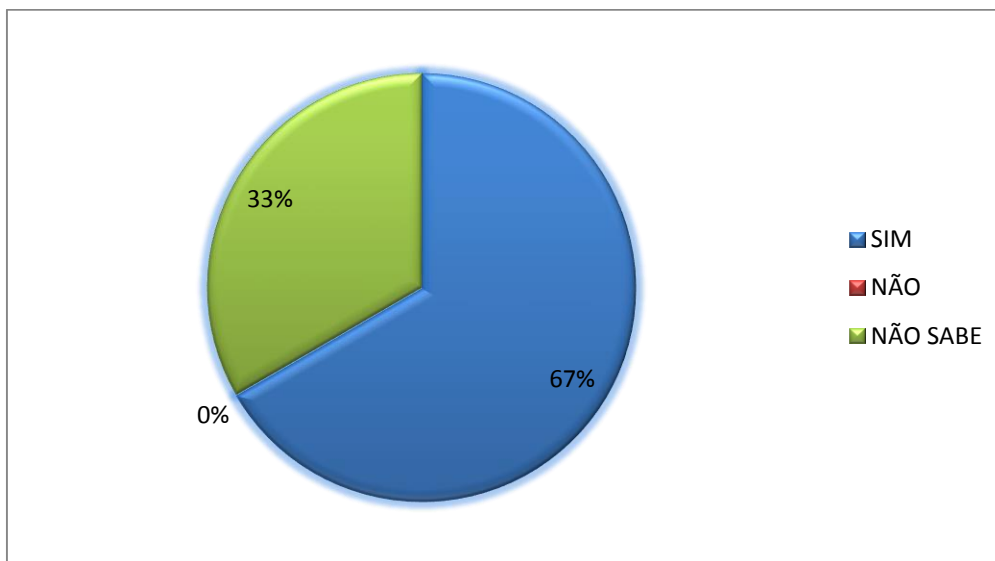
**Gráfico 11 - Opinião sobre a existência de risco ambiental na concessão de crédito**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014

Já neste ponto fica claro que 54% considerarem que existe risco ambiental na concessão de crédito, outra porção bem menor (13%) da amostra afirma que não existe ou não sabe (33%). Como já explanado anteriormente o Sistema Financeiro Nacional é o agente propulsor da economia, sem crédito não existirão empreendimentos, prejudicando, assim a atividade econômica de determinado local.

Ao se incluir questões ambientais no momento da concessão de crédito, esse setor passa a funcionar como agente indutor da sustentabilidade. Dessa forma, faz-se necessário que todos os funcionários de uma Instituição Bancária conheçam a importância em considerar aspectos socioambientais na concessão de crédito, pois ao emprestar para empresas socialmente irresponsáveis os bancos estão sujeitos a sanções legais e administrativas, além de incorrer em prejuízos a imagem corporativa.

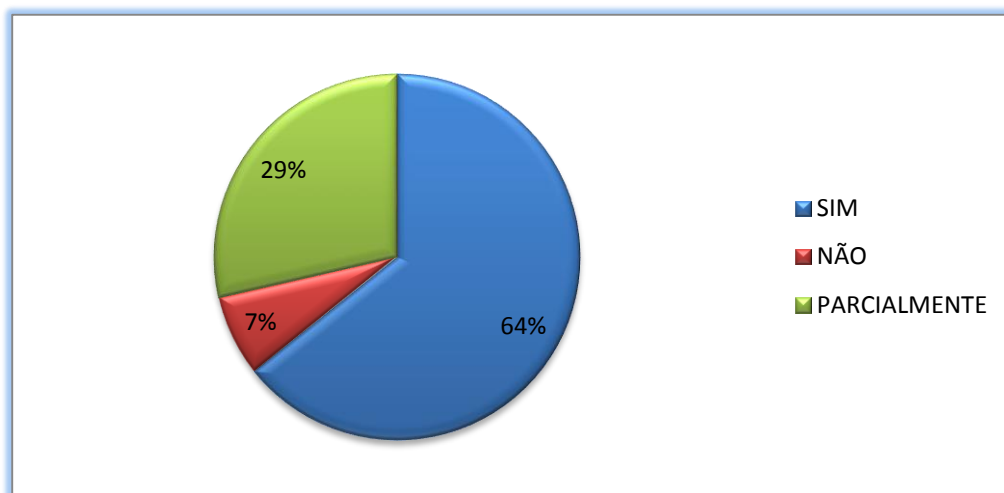
No gráfico 13 os respondentes avaliaram se o setor responsável pela concessão de crédito da agência leva em consideração fatores ambientais, 67% da amostra afirmou que existe preocupação com questões ambientais na concessão de crédito a terceiros e 33% não sabe ou desconhece o assunto.

**Gráfico 12 - Opinião sobre a existência de risco ambiental na concessão de crédito**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014

Essa questão mostra, mais uma vez, a importância do Banco em divulgar melhor sua política de gerenciamento de risco de crédito socioambiental. Não basta que os colaboradores saibam que existe uma política voltada para gestão de risco de crédito é preciso que eles compreendam como tal política pode ser aplicada em suas atividades diárias e, principalmente, conheçam as consequências para os *stakeholders* pela não observância de critérios socioambientais na concessão de crédito.

O gráfico 13 nos traz o resultado sobre o grau de conhecimento dos funcionários da agência Bairro Brasil sobre a política de gerenciamento de risco de crédito, 64% da amostra afirma que conhece tal política, no entanto 7% afirmam não conhecer e 29% conhece parcialmente.

**Gráfico 13 - Conhecimento sobre a política de risco de crédito**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014

O resultado nos mostra que apesar do Banco divulgar suas ações de RSE entre os colaboradores, percebe-se que no que tange à política de gerenciamento de risco de crédito essa divulgação não ocorre de maneira tão clara e objetiva assim. Sendo assim, é necessário que a organização dedique esforços e investimento ao setor para que essas práticas sejam institucionalizadas e realmente aplicadas por todos os seus colaboradores.

No questionário houve a possibilidade dos funcionários da agência dizer quem são os beneficiários das ações de RSE da empresa, onde 100% dos colaboradores consideram que os beneficiários são os funcionários, acionistas, o meio ambiente e a comunidade em geral.

Percebe-se que a RS vem sendo visualizada pela organização e pelos colaboradores sob um novo olhar, deixou-se de considerar que ações socialmente responsáveis estão voltadas exclusivamente para ações externas e contribuições de caridade. Atuar com responsabilidade social requer da empresa um planejamento de ações, assim o Banco Bradesco vem divulgando através de vários meios, ações que desenvolve nesse setor, através de balanços, relatórios que estão disponível a toda sociedade.

No entanto, o Banco Bradesco, em especial o corpo gerencial da agência Bairro Brasil possui um grande desafio, no que diz respeito a repassar para os demais colaboradores o real significado e as áreas de aplicação da política de gerenciamento de risco socioambiental na concessão de crédito. Estimulando assim, além do uso

consciente do crédito, também que tomadores de crédito adotem uma postura sustentável frente aos negócios.

### **3.3 Análise da política de gerenciamento do risco de crédito da agência**

Para confrontar a teoria abordada, nos capítulos anteriores, com a política de responsabilidade social da Instituição foi realizada uma entrevista com um dos gerentes de pessoa jurídica (PJ) envolvido diretamente na concessão de crédito. Com isso, objetivou-se ampliar o conhecimento sobre o funcionamento do gerenciamento de risco de crédito na agência.

A agência existe há 13 anos, e desde sua criação, já concederam diversos empréstimos e financiamentos a empresas da cidade de Vitória da Conquista. Quando questionado por que é necessário se atentar aos riscos socioambientais nas operações de crédito, o gerente A respondeu que em todas as solicitações de crédito, são levados em consideração os riscos socioambientais, pois se não observados estes critérios o Banco poderá ser penalizado caso venha a financiar projetos que causem danos ambientais. Observa-se então que além de verificar a capacidade econômico-financeira da Empresa, é essencial que o funcionário responsável pela liberação de crédito seja consciente dos danos que um financiamento feito a uma empresa não socialmente responsável poderá causar à imagem e a reputação da Instituição Bancária e a sociedade como um todo.

De acordo com o gerente A, o fator principal do Banco em aderir critérios sustentáveis em seus negócios não esta apenas ligado em melhorar a imagem da Organização junto à sociedade, e sim a real importância em preservar os recursos naturais além de aumentar a motivação e envolvimento dos empregados.

Quando indagado se para uma empresa nos dias de hoje, tiver uma atuação socialmente responsável, é uma escolha ou uma obrigação, o gerente A afirmou que considera ser uma opção, a depender do tamanho da empresa. Entretanto, devido o porte da Organização Bradesco, atuar de forma socialmente responsável em diversos setores, e principalmente na concessão de crédito, é uma obrigação que a empresa assumiu perante seus acionistas, colaboradores e a sociedade.

Foi colocado em pauta durante a entrevista, um exemplo de operação na qual foi utilizado medidas mais cautelosas pelo gerente A, e onde pode ser observado a real importância que a Organização tem com os riscos socioambientais na concessão de crédito. Segundo o gerente A, um dos clientes de sua carteira PJ o posto de gasolina Alpha, localizado em uma área muito movimentada da cidade, procurou a agência para solicitar um financiamento de R\$ 350.000,00. Para isso, a empresa apresentou um projeto de expansão onde afirmava necessitar de tal capital, pois ocorrera um aumento da frota veículos na cidade de Vitória da Conquista, devido redução do IPI em 2012, sendo assim a demanda por combustível elevou-se significativamente, necessitando ampliar o negócio.

Como dito nos capítulos anteriores, os bancos são os principais canalizadores de recursos para o setor produtivo, assim, quando Instituições Financeiras adotam práticas socialmente responsáveis estão não só mitigando seus riscos financeiros, como também favorecendo o movimento pela Responsabilidade Social entre os seus parceiros financeiros (TOSINI, 2007).

No tipo de financiamento concedido a essa empresa o Banco teve que além de fazer a visita ao local, onde se dará o empreendimento, realizar uma extensa pesquisa do histórico da empresa, proponente ao financiamento. De acordo com o gerente A obter informações é a chave para o sucesso da operação, pois possibilita mitigar os riscos para as Instituições Financeiras e também para o tomador de crédito, uma vez que, o banco torna-se responsável por analisar se determinado projeto é viável economicamente ou não. Sendo assim, faz-se necessário conhecer algumas informações que serão explanadas a seguir:

- Objetivo e descrição do projeto, destacando o local e as suas características, bem como as populações próximas, breve descrição do empreendimento, cópias de documentação já existente, a exemplo de plano de negócio e licenças ambientais requeridas;
- Informações se a empresa é participante, adota ou possui algum processo ou norma de certificação socioambiental;
- Informação ou declaração da empresa, quanto à existência ou não de problemas, infrações, acidentes, demandas legais em curso, ou passivo socioambientais, em quaisquer esferas;

- Informação se a empresa adota processo regular de auditorias internas e externas com escopo socioambiental;
- Cronograma estimado/realizado quanto à obtenção das licenças, de instalação e de operação e status dos principais documentos ambientais;

Por fim, foi indagado o que traz de positivo a responsabilidade social à empresa. O gerente A afirmou que a responsabilidade social concede uma maior vantagem competitiva para a Organização, seja valorizando suas ações, seja incentivando os seus clientes a fazerem escolhas conscientes e buscando empresas que adotam cada vez mais critérios de sustentabilidade. Assim, gerando toda uma cadeia responsável trazendo benefícios a todas as partes envolvidas.

As instituições financeiras adeptas aos princípios de responsabilidade sócio ambiental vem buscando melhorar esse lado social, mas infelizmente muitas informações sociais e ambientais por parte das instituições financeiras é dificultada pelo fato da maioria das empresas não divulgarem, em suas demonstrações contábeis, informações sócio-ambientais de maneira prática, isso porque elas têm receio de que possam prejudicar sua avaliação ou ser usada por autoridade ambiental para a aplicação de sanções.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações sociais e econômicas têm forçado as empresas a direcionar seus recursos e esforços para a área social. Um número cada vez maior de *stakeholders* importa-se com as atitudes das organizações e não tem medo de pressioná-las para fazer mais. Com isso, percebe-se que, cada vez mais, elas estão inserindo a responsabilidade social em suas estratégias empresariais, e passaram a visualizar a questão como fonte de oportunidades e ganho de vantagem competitiva. No entanto, gerir a responsabilidade social é muito mais do que a implementação de projetos sociais isolados, este tipo de gestão requer uma coerência da atuação empresarial com todos os públicos com os quais a empresa se relaciona.

As Instituições Financeiras atentas a essas alterações vêm buscando se engajar na questão modificando suas estratégias empresariais para adequá-las às pressões sociais e à legislação ambiental. O impacto da atividade bancária no meio ambiente não ocorre de maneira direta e sim de maneira indireta através de suas atividades de financiamento. Assim surge uma nova preocupação para o segmento no que diz respeito ao gerenciamento de risco sociambiental em suas operações de crédito.

Desde o início de 2014, o Bradesco vem adotando os Princípios do Equador, a qual entre outras modificações ampliou o escopo de aplicação do compromisso. Entre os requisitos avaliados estão às condições de trabalho e os impactos à comunidade e ao meio ambiente dos projetos que financiamos, observando a legislação brasileira e os padrões e as diretrizes da International Finance Corporation (IFC).

Os Padrões de Desempenho De Sustentabilidade Social e Ambiental da IFC também reconhecem a responsabilidade do Bradesco em respeitar os direitos humanos e institui a realização de visitas nos projetos considerados de alto risco. Antes da contratação, esses projetos também passam por uma análise detalhada de risco socioambiental, os quais possibilitam a identificação de aspectos de risco na operação.

Dessa forma, considerou-se importante analisar como a agência Bairro Brasil do Banco Bradesco gerencia o risco sociambiental em suas operações de crédito e como a política de responsabilidade social da Instituição é visualizada pelos colaboradores. Acredita-se que com os resultados obtidos foi possível verificar a percepção dos colaboradores sobre tal política, além de possibilitar a verificação de como é tratada a questão do gerenciamento de risco sociambiental na agência.

De acordo com os resultados obtidos junto à amostra selecionada pode-se concluir que os colaboradores da agência Bairro Brasil possuem um bom nível de conhecimento sobre a responsabilidade social e a percebem como empresa socialmente responsável. Esse dado é relevante para a instituição, pois quando os funcionários consideram a empresa socialmente responsável maior será a chance dela ser reconhecida e legitimada pela comunidade que está inserida. Além disso, comparando as percepções organizacionais com os resultados obtidos pode-se considerar que existe um alinhamento entre elas. Comprova-se com esse resultado que as estratégias e práticas de responsabilidade social não ficam apenas no discurso.

Dependendo do ramo de atividade e dos valores envolvidos, os bancos estudados são mais criteriosos nos momentos dos deferimentos de dinheiro. Por tudo isso, afirma-se que o Banco do Bradesco é uma entidade preocupada com o crescimento econômico, como também com o desenvolvimento econômico que proteja o meio natural diante das operações de crédito que possam acarretar algum tipo de problema socioambiental para a sociedade.

Com relação ao nível de conhecimento dos funcionários sobre a política de risco socioambiental nas operações de crédito, percebe-se que, apesar de grande parte dos colaboradores afirmarem possuir conhecimento a respeito do tema houve um número significativo da amostra que não conhece ou conhece parcialmente. Cabe sugerir, então, à organização um redirecionamento de recursos e esforços que promovam a educação dos funcionários nesse quesito, uma vez que, o correto gerenciamento ambiental nas IF reduz custos, com conseqüente impacto nos resultados, bem como agrega valor à imagem da empresa. Além disso, a não observância de critérios ambientais na concessão de crédito pode gerar perdas substanciais para organização e a sociedade como um todo.

Por fim, chega-se a conclusão que a agência comunica com clareza e objetividade sua política de responsabilidade social e o gerenciamento de risco socioambiental está presente em suas operações de crédito. Fica evidenciado que o risco ambiental tem ganhado uma importância considerável no segmento bancário, pois a má performance ambiental e social certamente gera impacto negativo sobre a situação econômico-financeira das empresas. Tendo em vista que o papel da supervisão é fundamental para evitar uma grande exposição ao risco é essencial que o corpo gerencial da agência detenha total conhecimento sobre a questão para transmissão desses valores aos subordinados.

O estudo possui, contudo, algumas limitações. A primeira delas o fato do tema escolhido não ter uma definição conceitual clara e objetiva e a escassez de trabalhos acadêmicos a respeito do tema no Brasil. Outra limitação está relacionada à dificuldade de encontrar todos os funcionários da agência Bairro Brasil/BA disponíveis para a realização da pesquisa.

Visto ser esse um tema atual e que está em pauta em diversas organizações sugere-se para trabalho futuros, estender a comparação proposta aos demais colaboradores da empresa, melhorando, assim, a prática de responsabilidade social pela organização e melhor visualização da contribuição da empresa para o desenvolvimento sustentável.

## REFERENCIAS

ALIGLIERI, L.; ALIGLIERI, L.A.; KRUGLIANSKAS, I. **Gestão Socioambiental: Responsabilidade e Sustentabilidade do Negócio**. São Paulo: Atlas, 2009.

ANDRADE, Daniel Caixeta. Economia e Meio Ambiente aspectos teóricos e metodológicos nas visões neoclássica e da economia ecológica. **Leituras de Economia Política**. Campinas, 2008.

ARANTES, Elaine *et.al.* A responsabilidade social corporativa e sua influência na percepção e na decisão de compra do consumidor. In: INSTITUTO ETHOS (Org.). **Responsabilidade Social das Empresas: a contribuição das universidades**, v. III. São Paulo: Peiropólis, 2004. p. 119-161

ASHLEY, Patricia Almeida (coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

ALMEIDA, Fernando. Financiando a Sustentabilidade. **Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro**. Banco Central do Brasil. Ano 2, nº 13, dezembro de 2006. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/pre/boletimrsa/BOLRSA200612.pdf>> Acesso em 28 de maio de 2014.

BAPTISTA, Patrícia Rodrigues Tanuri. O eu e ou outro em interações ouvinte-locutor de rádio: um estudo da co-construção das identidades sociais. In: MOITA LOPES, L.P., BASTOS, L.C. (orgs). **Identidades: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas: Mercado de Letras, 2002, p. 365-388.

BORGER, Fernanda Gabriela. **Responsabilidade social: efeitos na atuação social na dinâmica empresarial**. 2001. 258f. Doutorado (Tese). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

BRADESCO. **Relatório Anual de Sustentabilidade 2014**. São Paulo, 2013.

CARROL, A.B., 1979 .A Three dimensional conceptual model of corporate performance. **Academy of Management Review** (pre-1986); Oct 1979; 4, 000004; ABI/INFORM

CRISÓSTOMO, V. L.; FREIRE, F. D. S.; VASCONCELLOS, F. C. Corporate Social Responsibility, Firm Value and Financial Performance in Brazil. **Social Responsibility Journal**, v. 7, n. 2, p. 295-309, 2011.

- CRUVINEL, Elvira. **Responsabilidade social em Instituições Financeiras: a institucionalização da prática nos bancos no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: Responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.
- ESTY, Daniel C.; WINSTOW, Andrews S. **O verde que vale ouro: como empresas inteligentes usam a estratégia ambiental para inovar, criar valor e construir vantagem competitiva**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- FARIA, Alexandre; SAUERBRONN, Fernanda. A responsabilidade social é uma questão de estratégia? Uma abordagem crítica. **Revista de administração pública**. Rio de Janeiro 42, 1, Jan/Fev. 2008.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: UNB. 2001.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- IBASE. **Balanco social, dez anos: o desafio da transparência**. Rio de Janeiro, 2008.
- INSTITUTO ETHOS. **Indicadores Ethos – Sebrae de responsabilidade social empresarial para micro e pequenas empresas versão 2006**. São Paulo, 2006. Disponível em <[http://www3.ethos.org.br/wpcontent/uploads/2013/07/IndicadoresEthos-Sebrae\\_2013\\_PORT.pdf](http://www3.ethos.org.br/wpcontent/uploads/2013/07/IndicadoresEthos-Sebrae_2013_PORT.pdf)> Acesso em 12 de maio de 2014
- JUNIPER, Tony. What has nature ever done for us?: How Money really does grow on trees, 2013. Disponível em < GetAbstract >
- KARKOTLI, Gilson; ARAGAO, Sueli Duarte. **Responsabilidade social: uma contribuição à gestão transformadora das organizações**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- LINS, Clarissa; WAJNBERG, Daniel. **Sustentabilidade corporativa no setor financeiro brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, 2007.
- MAY, P.; LUSTOSA, M.C.; VINHA, V. **Economia do Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Campus, 2003, apresentação e prefácio.
- MARQUES, V. D. L.; HACON, S.; VINHA, V. **Os Princípios do Equador e o sistema financeiro brasileiro**. VIII Engema - Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente. Rio de Janeiro, 2005.

MCWILLIAMS, A.; SIEGEL, D. S. Corporate social responsibility: A theory of the firm perspective. **The Academy of Management Review**, v. 26, n. 1, p. 117- 127, 2001.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor.** 2 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

PÉREZ, A.; DEL BOSQUE, I. R. The Role of CSR in the Corporate Identity of Banking Service Providers. **Journal of Business Ethics**, v. 108, p. 145-166, 2012

PONTES, Elizabeth C. R. **A responsabilidade social das empresa e a estratégia organizacional: a análise de uma empresa na Amazônia.** 2011. 111 f. Mestrado (Dissertação). Belém: Universidade da Amazônia, 2011.

SEBRAE. **Produção e Consumo Sustentáveis: Oportunidade e diferencial competitivo a partir do empreendedorismo sustentável.** Disponível em <[http://gestaoportal.sebrae.com.br/customizado/aceso-a-mercados/conheca-seu-mercado/mercados-e-sustentabilidade/producao\\_e\\_consumo\\_sustentaveis.pdf](http://gestaoportal.sebrae.com.br/customizado/aceso-a-mercados/conheca-seu-mercado/mercados-e-sustentabilidade/producao_e_consumo_sustentaveis.pdf)> Acesso em 29/10/2014.

THA, Daniel. **Economia Ambiental.** Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=KQHqYmRJJY>> Acesso em 20/10/2014.

TENÓRIO, Fernando G. (Org.). **Responsabilidade Social Empresarial: Teoria e Prática,** 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

TOSINI, Maria de Fátima Cavalcante. **Risco Ambiental para as Instituições Financeiras.** 1 ed. São Paulo: Anna Blume, 2007.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. **Towards a green economy: pathways to sustainable development and poverty eradication.** S. l.: Unep, 2011.

URSINI, Tarcila Reis; BRUNO, Giuliana Ortega. A gestão para a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável. **Revista da Fundação de Apoio à tecnologia,** ano II, n. 3, Jun/Jul/Ago. 2005.

## APENDICE A – QUESTIONARIO

Prezado Colega,

Sou graduando do curso de economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e solicito a sua participação na realização desta pesquisa monográfica, que tem por objetivo analisar a percepção e o envolvimento dos funcionários da agência Bairro Brasil com as práticas de Responsabilidade Social do Banco Bradesco S/A.

Os dados coletados serão tratados para análise, mas será preservado o caráter anônimo, auxiliando a visualização da realidade quanto ao tema abordado.

Atenciosamente,

Edmo Almeida de Souza

### **DADOS PESSOAIS:**

#### **A) TEMPO DE TRABALHO NA EMPRESA:**

- ( ) ATÉ 1 ANO
- ( ) DE 1 A 5 ANOS
- ( ) DE 5 A 15 ANOS
- ( ) MAIS DE 15 ANOS

#### **B) SEXO:**

- ( ) F
- ( ) M

#### **C) IDADE:**

- ( ) DE 18 A 25 ANOS
- ( ) DE 26 A 32 ANOS
- ( ) DE 33 A 40 ANOS
- ( ) ACIMA DE 40 ANOS

#### **D) ESCOLARIDADE:**

- ( ) 2° GRAU COMPLETO
- ( ) 3° GRAU INCOMPLETO
- ( ) 3° GRAU COMPLETO
- ( ) OUTRAS ESPECIALIZAÇÕES

#### **E) FUNÇÃO**

- CHEFIA/ GERENCIA
- SUPERVISOR/ ASSISTENTE
- CAIXA/ ESCRITURARIO

**1- QUAL O SEU NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE O TEMA RESPONSABILIDADE SOCIAL?**

- Excelente
- Bom
- Regular
- Péssimo

**2- VOCÊ CONSIDERA A EMPRESA QUE TRABALHA SOCIALMENTE RESPONSÁVEL? (se a resposta for negativa pular para a questão 5)**

- Sim
- Não

**3- PARA VOCÊ, RESPONSABILIDADE SOCIAL É:**

- Criação de programas para a melhoria da qualidade de vida dos funcionários.
- Apoio a campanha ou projeto social em benefício da comunidade
- Uso sustentável dos recursos naturais e utilização de materiais ecologicamente corretos
- Cumprir a legislação de forma correta
- Contribuição de caridade/doações
- Todas as alternativas anteriores e não ações isoladas

**4- EM QUE ESTÁGIO SUA EMPRESA SE ENCONTRA, CONSIDERANDO O NÍVEL DE ENVOLVIMENTO COM AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL:**

- Reconhece a importância da temática e transmite os valores do seu código de conduta aos fornecedores e parceiros de modo a aprimorar sua relação com este público
- Formula planos de ação, capacita os funcionários para estudar e sugerir modos de lidar com os problemas sociais
- Integra a política de responsabilidade social em suas estratégias empresariais
- Utiliza materiais ecologicamente corretos (Papel reciclado, lâmpadas de baixo consumo)
- Todas as alternativas anteriores
- Não se aplica

**5- QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS JUSTIFICATIVAS PARA UM BANCO ADERIR A PRÁTICAS SOCIALMENTE RESPONSÁVEIS? (Marque apenas uma alternativa)**

- Melhoria da imagem da empresa junto à sociedade
- Preservar os recursos naturais

- ( ) Obter vantagem competitiva e ampliação do mercado
- ( ) Aumentar a motivação e envolvimento dos empregados e colaboradores
- ( ) Minimização dos riscos financeiros nas operações de crédito
- ( ) Redução da pobreza/desigualdades sociais

**6- A SUA EMPRESA O MOTIVA E INCENTIVA A ADOPTAR PRÁTICAS SOCIALMENTE RESPONSÁVEIS EM SUAS ATIVIDADES DIÁRIAS?**

- ( ) Sim
- ( ) Não
- ( ) Não sabe

**7- EM SUA OPINIÃO, AO CONCEDER CRÉDITO A TERCEIROS UM BANCO PODERÁ DIMINUIR OS RISCOS OPERACIONAIS SE CONSIDERAR ASPECTOS AMBIENTAIS NO MOMENTO DA CONCESSÃO? (Exemplo: avaliação dos bens dados em garantia de operações; possíveis tomadores de crédito que não cumprem com suas obrigações ambientais)**

- ( ) Sim
- ( ) Não
- ( ) Não sabe

**8- O SETOR RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO E LIBERAÇÃO DE CRÉDITO, DA SUA AGÊNCIA, SE PREOCUPA COM QUESTÕES AMBIENTAIS NO MOMENTO DA CONCESSÃO?**

- ( ) Sim
- ( ) Não
- ( ) Não sabe

**9- VOCÊ CONHECE A POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCO SOCIAMBIENTAL NA CONCESSÃO DE CRÉDITO DA SUA INSTITUIÇÃO?**

- ( ) Sim
- ( ) Não
- ( ) Parcialmente

**10- PARA VOCE QUEM SÃO OS BENEFICIADOS AO SE INSTITUIR UMA POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS?**

- ( ) Apenas as Instituições Financeiras
- ( ) Os funcionários, acionistas, o meio ambiente e a comunidade em geral
- ( ) Não promovem benefícios

**APENDICE B - ENTREVISTA**

- 1- POR QUE É NECESSÁRIO SE ATENTAR AOS RISCOS SOCIOAMBIENTAIS NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO?**
- 2- EM SUA OPINIÃO QUAL O FATOR PRINCIPAL MOTIVAÇÃO PARA O BANCO ADERIR A CRITÉRIOS SUSTENTÁVEIS EM SEUS NEGÓCIOS?**
- 3- PARA UMA EMPRESA NOS DIAS DE HOJE, TER UMA ATUAÇÃO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL, É UMA ESCOLHA OU UMA OBRIGAÇÃO?**
- 4- POR SER GERENTE DE RELACIONAMENTO DE EMPRESAS SABE-SE QUE EXISTEM FINANCIAMENTOS COM VALORES DE CONCESSÃO CONSIDERÁVEIS. PODERIA EXEMPLIFICAR UMA OPERAÇÃO REALIZADA PELA AGÊNCIA ONDE FOI COLOCADO EM PRÁTICA O GERENCIAMENTO DO RISCO SOCIOAMBIENTAL NA OPERAÇÃO?**
- 5- QUAIS SÃO OS CRITÉRIOS QUE DEVEM SER ANALISADOS PARA QUE SE EVITE OU MINIMIZE O RISCO AMBIENTAL NAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS?**
- 6- QUAIS OS BENEFÍCIOS QUE A RESPONSABILIDADE SOCIAL TRAZ PARA A AGÊNCIA BAIRRO BRASIL?**